



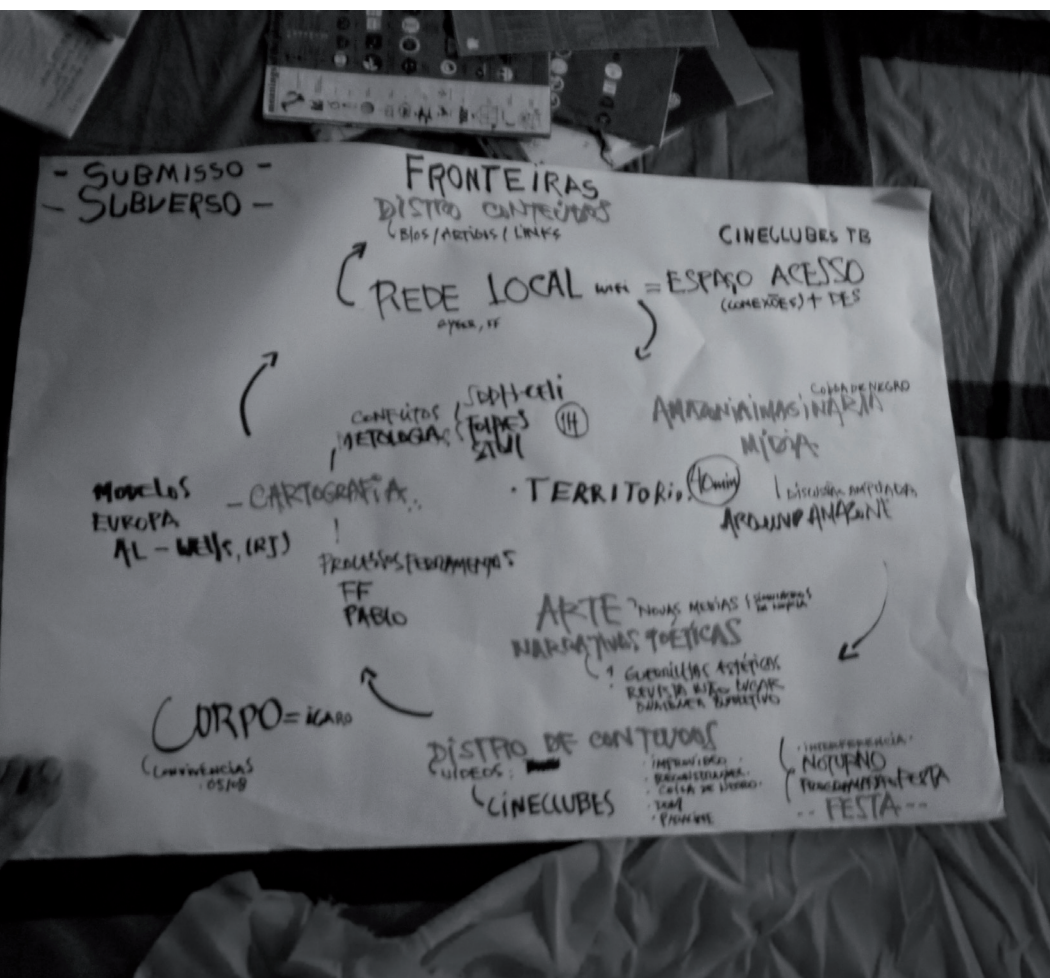
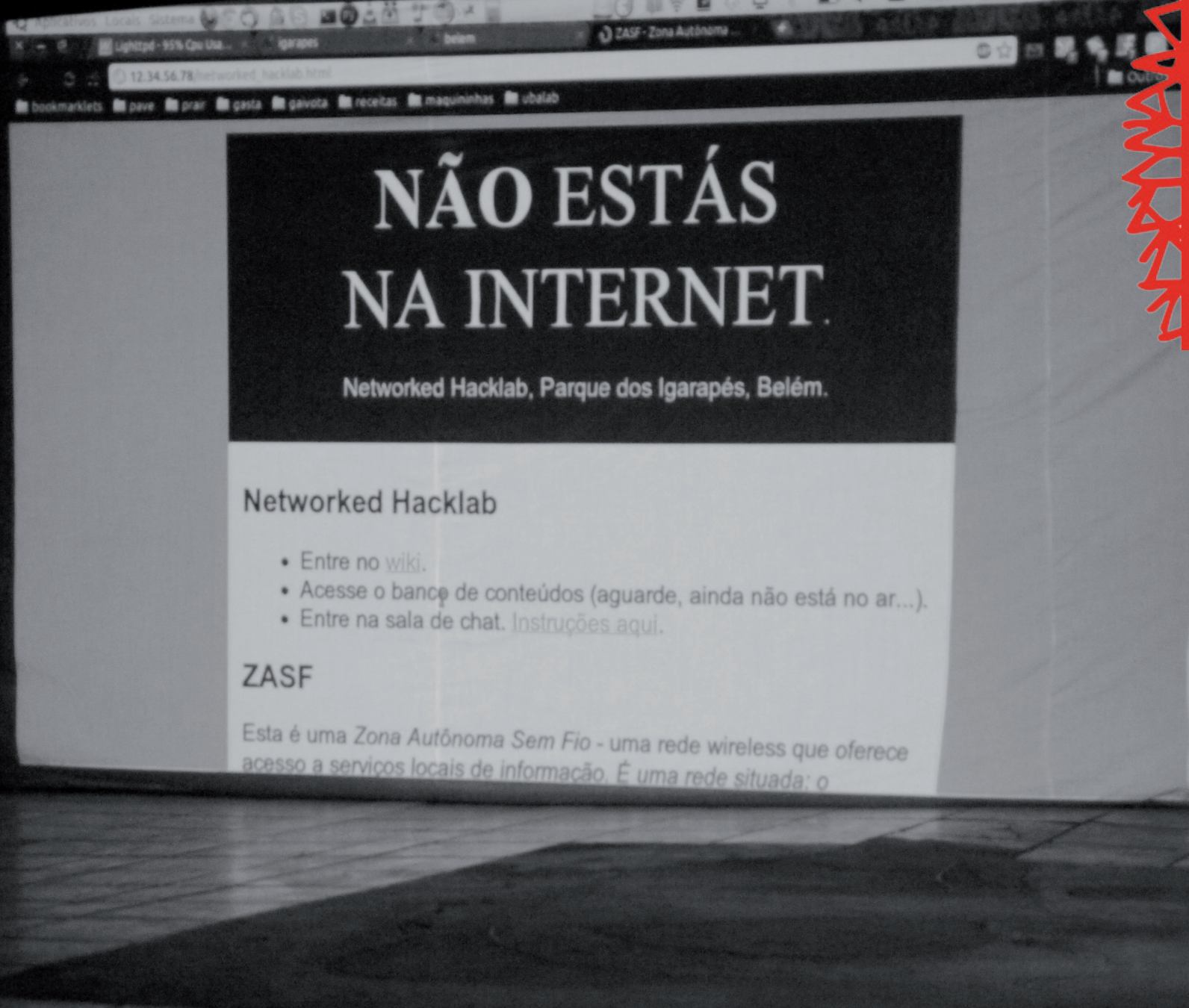
[RMXTXTURA]

PRÓLOGO :
Perigoso e Divertido

**Agora abrir
os olhos.**

**Agora, começar
a sonhar o
sonho de ver
como somos
vistos.**


Vicente Franz Cecim





hackworked netlab

Pará, agosto 2011

Mapas nos quais a gente se reconheça,
mapas que despistem quem não nos interessa.

Belém
Parque dos Igarapés
Puraquê

redes mapas
estrangeiro
cartografia
sentimentos
subjetivo
arte
pessoas
tática
subversão
internet
espaço
cidade
intervenção
população

um mapa-
labirinto que
começaqui.

calor, carona, centro, casarão, som,
ver-o-peso, rio Amazonas, céu azul,
internet, iap, som, vatapá, informes, ligas,
conversas, apresentação, casarão,
conversas, cama, feira do açaí, tapioca,
vitamina mista, ver-o-peso, estação das
docas fechada, cerveja, casarão, açaí,
almoço, van, trânsito, parque dos Igarapés.

BESTEI RIR ATO LÉXICO

EXÉRCITO BRASIL

NO AR

<< Hackworked Netlab

Parque dos Igarapés

Puraquê



amazônia isso,
amazônia aquilo,
amazônia aquiloutro.

calor, umidade,
história, natureza,
urbanismo caótico,
potência, conflito.

história do grão-pará, rio
negro e maranhão... era
outra colônia, separada
do Brasil. quando D.
Pedro declara a
"independência", D. João
sugere: assume também
essa parte ao norte,
antes que algum
aventureiro o faça.

mapa labirinto



Radio Muiraquitã

"MetaReciclagem não é só transformar um computador que não tava funcionando em um que está funcionando, mas fazer outros usos."

Casa Puraqué.

Pontão de Cultura do Tapajós.

Casa Brasil STM.

seca. enchente. pesca de rede. peixe tão caro quanto carne.

banco comunitário muiraquitã.

direito à cidade...

lugares que não têm água, esgoto, eletricidade, ruas, mas recebem doações de computadores.

rádio analógica. o ar como bem comum.

jovens codeiros. filosofia hacker e software livre.

amazonico ou amazonida?

A geografia experimental se refere a práticas que propõem a produção de espaço de maneira reflexiva, práticas que reconhecem que a produção cultural e a produção de espaço não podem ser separadas uma da outra, e que a produção cultural e intelectual são uma prática espacial. Além disso, a geografia experimental significa não somente ver a produção de espaço como uma condição ontológica, mas experimentar ativamente com a produção de espaço como uma parte integral da prática de cada um. Se as atividades humanas são invariavelmente espaciais, então novas formas de liberdade e democracia só podem emergir em relação dialética com a produção de novos espaços. Eu uso deliberadamente uma das palavras-chave modernistas, "experimental", por duas razões. Primeiro para reconhecer e afirmar a noção modernista de que as coisas podem ser melhores, que os humanos são capazes de melhorar suas próprias condições, de manter o cinismo e o derrotismo à distância. Além disso, a experimentação significa produzir sem garantias, e produzir novas formas de espaço certamente não oferece garantias. O espaço não é determinista, e a produção de novos espaços não é fácil.

--> Trevor Paglen

< hackworkshop methods

buscões

parques das lagoas.

Brincando com formatos de mapas...

I. Preparando o sistema

1. Instalar o programa qgis (aptitude).
2. Plugins > Gerenciar Plugins
3. Habilitar "Ferramentas de GPS".
4. Baixar o plugin simplesvg (arquivo compactado .zip)
5. Descompactar o arquivo em
~/qgis/python/plugins/
6. Voltar em Gerenciar Plugins - habilitar o plugin Simple SVG.

II. Importando dados

1. Plugins > GPS > Ferramentas GPS
2. Carregar arquivo GPX. Escolher o arquivo.
3. Plugins > Save as SVG

Abrir depois no inkscape ou similar.

mapear não é retratar uma realidade objetiva. pelo contrário, mapear cria os espaços e pode transformar a realidade.

onde estão os mapas daquilo que falta?

Telecentro, Estúdio

Barracão

Cajueiros

Árvore Grande

Círculo de Pedras

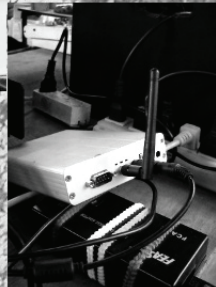
Pedras

Buraco

Areia

Tijolos

Lixo



rede comunitária.





Carta pras Icamiabas¹

GISELI VASCONCELOS

*POUCA SAÚDE E MUITA SAÚDE...
OS MALES DO BRASIL SÃO!²*

Tenho algumas razões a apresentá-los que funcionam como princípios básicos, a fim de elucidar os caminhos propostos para a realização do projeto Networked Hacklab em sua edição Norte, do qual sou produtora executiva junto à lei de incentivo e patrocinador, e também responsável pela concepção, planejamento e direção deste, para uma realidade localizada num pedaço da Amazônia brasileira. Este preâmbulo tenta explicar um percurso de reflexões que me fizeram repensar e rever o formato de projetos financiados através de leis de incentivo direcionados à produção em arte e tecnologia para territórios com especificidades regionais latentes.

A primeira delas foi atentar às linhas gerais do projeto nacional, já que o mesmo propunha a realização em várias cidades brasileiras, objetivando o desenvolvimento e a produção de conteúdo artístico-cultural-digital e o fomento para a criação de grupos de pesquisa e experimentação, se possível entre redes nacionais e internacionais³. Interpretei

¹ Icamíabas (do tupi i + kama + íaba, significando “peito rachado”) é a designação genérica dada a índias que, segundo o folclore brasileiro, teriam formado uma tribo de mulheres guerreiras que não aceitavam a presença masculina. O termo designaria também um monte nas cercanias do rio Conuris^[4] (no atual território do Equador). Esta lenda teria dado origem, no século XVI, ao mito da presença das lendárias Amazonas na região Norte do Brasil.

² Referência direta ao episódio IX de Macunaíma (1928), quando Mário de Andrade utiliza-se da grafia de uma carta para satirizar o modo como a gramática manda escrever e como as pessoas efetivamente se comunicam.

³ A principal premissa do Networked Hacklab é a execução de projetos colaborativos, sempre em diálogo com as novas tecnologias a partir de um laboratório apropriado para o desenvolvimento de dispositivos digitais e eletrônicos. O projeto que ocorre em Belém e também nas cidades de Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Cachoeira (BA) é financiado pela política de incentivo dos Estados com patrocínio do programa Vivo Lab, sob a curadoria de Rodrigo Minelli. O Programa Vivo Lab, propõem UMA REDE COLABORATIVA DE CULTURA, que cria oportunidades para que as pessoas desenvolvam - de maneira colaborativa e consciente - formas de expressão e participação na sociedade contemporânea. Ver em: <http://www.hacklab.art.br> | <http://www.vivolab.com.br/>

literalmente o slogan EXPERIMENTAR-INVENTAR-RECONFIGURAR que juntou a fome com a vontade de comer - não queria perder a oportunidade de experimentar e reconfigurar ações para uma realidade no Pará, considerando que se tratava de verba pública de incentivo e fomento à cultura, onde 80% do valor patrocinado é fonte de isenção fiscal da atuação da marca no Estado. Portanto, mais do que nunca, surgia a necessidade de jogar apaixonadamente, num território onde a arte encontra-se num campo cego-obscuro-oculto - entre redes e os meios da tecnologia digital e informacional, um terreno baldio apto de ser ocupado por situações de uso tático e crítico, ativando no devir de uma iniciativa a poesia e espontaneidade necessária.

Como disse anteriormente, o contexto do projeto me agarrou pelo estômago, por outro lado tinha um estranhamento com o nome N-E-T-W-O-R-K-E-D-H-A-C-K-L-A-B que não estava fácil de digerir. Ainda que eu estivesse utilizando o inglês como primeira língua nessa morada na América do Norte, o estrangeirismo parecia dissonante para a concepção de uma ação na Amazônia justamente por se tratar de uma região com conectividade baixa onde poucos usuários estão familiarizados com um glossário *web*.

Fiquei uns meses me policiando e observando o quanto o estrangeirismo está presente na comunicação brasileira, principalmente entre as redes de arte e cultura digital do eixo centro-sul, onde termos veiculados na língua inglesa aparecem mais evidentemente na produção de conteúdos onde a banda larga apresenta significativa diferença no custo e velocidade comparados à região Norte⁴. De longe, minha intenção é negar, julgar ou forçar um “aportuguesamento” das expressões usadas na/

⁴ Entre as regiões brasileiras, a mais afetada pela falta de disponibilidade de infraestrutura de TIC's (Tecnologias da informação e comunicação) é a região Norte. A região apresenta a pior média de velocidade de download (758Kbps e 219Kbps de upload) e o pior tempo de latência média: 616ms (quase 10 vezes mais lenta do que a região sul); apresentando as médias mais baixas, onde 37% das velocidades situam-se até 256Kbps e 47% entre 256Kbps a 1Mbps. E ainda assim, pagando a banda larga três vezes mais que a região centro-sul. No Pará, só 7,7% das casas têm acesso. Estados isolados como Roraima e Amapá têm acessos residenciais praticamente inexistentes. Para se ter uma ideia da discrepância, no Distrito Federal a taxa de acesso é de 51%. Nos Estados do Sul e Sudeste, a penetração varia entre 20% e 30%. Fontes: portais cgi.br, IPEA e IBICT; Folha de São Paulo.



para/da comunicação digital entre mundos e Brasil - até porque o Inglês é a língua dominante na web⁵, entretanto, reproduzir sem entender favorece uma forma de colonização arbitrária que se impõem pela língua e por suas expressões, reforçando seu papel social e econômico de poder num espaço geopolítico. O que quero reforçar é que o estranhamento existe por todos os lados provocando uma sensação de repulsa, atração e/ou fetiche sempre presentes entre grupos ligados à produção cultural local, muitas vezes expresso em forma de modismo, gerando a reprodução quase involuntária de um modelo de arte e cultura digital mais referenciada e dependente do centro-sul, fechando portas para compreensão de como a arte e as tecnologias estão relacionadas ao seu próprio espaço geográfico e cultural. Surgiam então reflexões pungentes: de que forma trazer à tona os conceitos por trás dessas terminologias através de uma linguagem cognitiva, mais próxima de suas percepções e experiências reais? Como escapar de modelos que reforçam o lugar que a arte ocupa nas estratégias do capitalismo financeiro? E assim, na tentativa de responder estas questões é que um *détournement* foi pensado para a ideia de um laboratório, como desvio: pervertendo as expressões do sistema contra ele mesmo - e ainda, centrado no entendimento de uma cultura hacker, essencialmente libertária, baseada no compartilhamento do conhecimento e na solidariedade.

Continuando o quadro de inquietações contextuais em que o projeto se insere, evidencio a relação entre a política cultural e seus vícios, que muito auxiliam para obscurecer os processos da produção de arte associada às tecnologias na região, dentre estas, as possíveis e acessíveis. A primeira delas é como o nosso modelo de mecenato vem sendo estimulado por décadas: um processo em que cabe à iniciativa privada a decisão sobre uma grande parcela da produção cultural do país, onde o dinheiro que financia os projetos é na verdade público, privilegiando formatos que ganham espaço nos meios de comunicação de massa, justamente para gerar um

volume de eventos de entretenimento e diversão⁶. No estado do Pará, a lei de incentivo SEMEAR vem sendo utilizada há pelo menos uma década, e de lá pra cá o que se percebeu foi o crescimento de uma cadeia de produção dependente e subserviente ao mecenato, competitiva e conflituosa, pois na região são escassos os recursos da iniciativa privada, com o agravante do alto custo para estruturação de projetos por deficiência e carência de infraestrutura local, distância entre as regiões, etc⁷. Assim, no Pará como em todo país, percebemos profissionais da área artístico-cultural obrigados a improvisar a função de especialistas de marketing, ou pior, subservientes aos maneirismos das empresas e serviços publicitários, tendo que dominar uma lógica burocrática e técnica, que pouco tem a ver com a da criação⁸. A segunda agonia, que em parte também é reflexo desse mecenato, está relacionada ao modelo dos eventos pensados para arte e tecnologia, que em sua grande maioria parecem obedecer a um formato baseado em experiências do hemisfério norte e rico, apresentando abordagens herméticas que pouco ou nada correspondem às vivências da audiência em questão. Essa dissonância de linguagem parece subjugar ou não atentar às experiências locais, propondo pouca ou nenhuma reflexão de como essas tecnologias são mimetizadas em nosso ecossistema, neutralizando o sentido crítico e político destas em favor do espetáculo, propondo

5 São em média 500 milhões de usuários utilizando o inglês, ocupando o primeiro lugar no ranking de línguas mais utilizadas na web, de acordo com dados apresentados no site Internet World Stats - Usage and population statistics. Ver em: <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>

6 Referência ao artigo do antropólogo Marcelo Gruman: Nem tanto ao céu, nem tanto a terra: limites e possibilidades da lei de incentivo fiscal à cultura, disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/02/artigo-de-marcelo-gruman.pdf>

7 O custo amazônico é um debate amplificado pela Rede Teatro da Floresta e disseminado nas edições da Conferência Nacional de Cultura, que discute formas para um orçamento diferenciado na região, uma vez que a distribuição geográfica de tecnologia e de recursos está distribuída de maneira desigual, sendo o custo de produção para artistas amazônicos é o dobro se comparado a artistas de outros estados.

8 Continuando com a análise de Gruman: *Os projetos passam a ser concebidos, desde seu início, de acordo com o que se crê que irá interessar a uma ou mais empresas, sendo o mérito de determinado trabalho medido pelo talento do produtor cultural em captar recursos e não pelas qualidades intrínsecas de sua criação (BOTELHO, 2001)(...) O modelo atual, ainda de acordo com o diagnóstico do MinC, exclui a inovação, a gratuidade e os projetos sem retorno de marketing; não fortalecem a sustentabilidade do mercado cultural; inibe a percepção de que os recursos são públicos; não promove a democratização do acesso aos bens culturais.*



um jogo desigual, quase pernicioso, em que a ideia de futuro e avanço correspondem a um paradigma unilateral: a perspectiva dos que têm acesso e poder informacional.

Ora, a Amazônia é uma periferia com escasso acesso aos meios digitais e que sofre muito com o impacto da privação tecnológica⁹ justamente por se tratar de uma região vista como a grande fronteira do capital natural onde se concentram megaprojetos que se apropriam e mercantilizam o ecossistema amazônico, muito destes atendendo a uma demanda mundial de suprimentos naturais para a produção de bens eletrônicos. É nesse território de oprimidos, numa cultura em que a maior parte dos brasileiros desconhece, que parecia ser o melhor e mais excitante ambiente para jogar contra o aparelho. E para isso, tornava-se primordial re-conhecer uma comunidade e futurizar seus afluentes, dar voz às suas visões e perspectivas locais, entender seus processos políticos, poéticos, e ainda os bens simbólicos relacionados à maneira de viver na região. Assim nascia a proposta de uma carta geográfica - compartilhada entre redes, que pudesse localizar interesses em âmbito global, principalmente a fim de elucidar o entendimento

sobre a questão dos *commons*¹⁰ e o imaginário midiático que mitificou a ideia do que seria a realidade amazônica para o mundo. Portanto, a proposta de H-A-C-K-L-A-B¹¹ (aqui foi levada ao pé da letra, do QUÊ e COMO podemos adaptar, modificar e/ou corrigir um programa/sistema para assim gerar acesso potente e mais próximo de uma realidade de fato.

O passo seguinte foi desconstruir a ideia de evento desfalecendo uma programação. O mais importante era agregar em cada cidade um conjunto de pessoas que dialogavam com o contexto proposto, seja em suas atividades, projetos ou interesses. Junto a estes, os convidados não locais¹² que de alguma forma representavam nodos de outras redes com afinidades e/ou ações comuns que envolvessem a região. O convite fora à muitos, uma chamada para

9 Apesar dos números serem pouco expressivos e da maioria da população do Norte não ter internet em casa, a região apresentou um dos maiores aumentos de usuários nos últimos anos, com 171,2%, perdendo somente para o Nordeste (213%). Tudo isso ocorre pelo fato da Região Norte ser uma das mais pobres do Brasil, e consequentemente, as pessoas não têm poder aquisitivo para comprar os equipamentos de que precisam. Então, um dos principais motivos para a indisponibilidade de internet nos domicílios é o alto custo e a falta de serviço prestado para instalações telefônicas. O Norte ainda concentra o maior percentual de acesso por internet discada (31%), 11 pontos percentuais acima da média nacional. Todavia, em 2009, constatou-se uma queda de oito pontos percentuais, relembrando o mesmo dado do ano passado. Tal informação aponta para uma expansão da infraestrutura de acesso à rede para as áreas mais remotas do Brasil, contribuindo para a inclusão digital da população. São altos os investimentos entre 2010/2011 por tecnologia satélite na região amazônica. O projeto GESAC, previu cerca de 9mi para distribuição de kits para áreas rurais na região. Entretanto, isso não contribuiu para suprir a necessidade nas áreas urbanas quanto ao uso das TIC's para a produção e distribuição de conteúdos culturais.

10 Em Commons, a revolução na produção simbólica, por Sergio Amadeu da Silveira: A palavra *commons* pode significar aquilo que é comum ou os espaços e as coisas que são públicas. Em alguns casos pode ter o significado de comunidade ou da produção compartilhada entre pares. <http://www.cultura.gov.br/site/2007/05/03/commons-a-revolucao-na-producao-simbolica/>

11 Aqui, se refere ao lugar onde meu coração está, não corresponde exatamente um espaço físico, mas o poético e vívido. Por muito tempo distante entre idas e vindas por Belém do Pará, lugar onde nasci, ainda resguarda inúmeras recordações na memória de uma cultura que resiste em coexistir na ideia entre espaço, natureza e tempo.

12 Os convidados não-locais da primeira imersiva: Pablo de Soto (Madri), arquiteto e membro fundador do coletivo hackitec-tura.net; Ricardo Folhes (STM), mestre em Ciências Ambientais e especialista em geoprocessamento; Felipe Fonseca(SP), pesquisador e articulador de projetos relacionados a redes de produção colaborativa e livre, mídia independente, software livre e apropriação crítica de tecnologia; Tatiana Wells (RJ), pesquisadora e agitadora de projetos relacionados à produção digital colaborativa, tecnologias livres e experimentação com narrativas locais; e Paulo Tavares (UK/SP), professor e organizador da plataforma mara-stream.org do Programa de Pesquisa em Arquitetura da Universidade Goldsmith. A segunda imersiva contou com a participação do coletivo colombiano Antena Mutante (Jorge Agudelo e Ali Salem/Colombia) que trabalha as relações do espaço público - as ruas e a internet, configurando mapas que evidenciam conflitos contextuais; o cineasta Bruno Viana (RJ), em continuidade de sua pesquisa com satélites geoestacionários; e Bruno Tarin (RJ) um dos fundadores da rede Imotirô, além de pesquisador e gestor em projetos de cultura digital. Em ambas as imersivas este grupo percorreu as duas cidades, acompanhados por mim e com a mediação do artista, agitador e professor Arthur Leandro (PA).



imersão, alusão para banhar-se no rio grande – a origem Tupi da palavra Pará. E envolver as pessoas de acordo com a perspectiva de horizonte do lugar: o rio infinito sempre presente nas duas cidades, Belém e Santarém. É preciso tempo e imaginação para reconhecer o lugar, perceber a quais redes ele se conecta e buscar ou produzir conhecimento. E assim, a impulsão foi provocar uma experiência promovendo um encontro entre narradores que pudessem se conectar a uma rede presencial que proporcionasse compartilhamento e troca de experiências.

As imersivas favoreceram momentos importantes. O primeiro deles fora a mediação entre convidados locais e não-locais a partir de apresentações gerais sobre temas, pesquisa e processo criativo, oportunizando o surgimento de rodas de conversas, mostras e performances, realizadas de acordo com a demanda de cada grupo, sempre aberto para uma audiência livre. Os pontos dramáticos do modelo geopolítico da região gradativamente surgiam durante as apresentações, evidenciando os assuntos e palavras-chaves que poderiam compor as narrativas possíveis para um mapa em constante movimento, o que provocava um debate amplo consensual e por vezes conflituoso.

Parte dessa narrativa é contada a partir do álbum fotográfico - <http://hacklab.comumlab.org/photos>, onde são apresentadas as tags relacionadas ao encontro, além de fragmentos de textos que permearam as situações vivenciadas durante o processo. A experiência favoreceu uma troca e suporte de material que pôde subsidiar e dar origem a tantas outras cartografias, pesquisas e produções que envolvam as tecnologias no contexto geopolítico regional, isso sem abandonar uma perspectiva poética e criativa. O resultado das imersivas fora expresso em forma de relatos, trocas bibliográficas, vídeos, filmes e muitas imagens compartilhadas através de um HD externo que à todo momento estava disponível para copiar, colar e distribuir a informação circulante. Ainda assim, era difícil perceber um resultado durante as imersões. Foi necessário ganhar um tempo para minimamente organizar as informações processadas

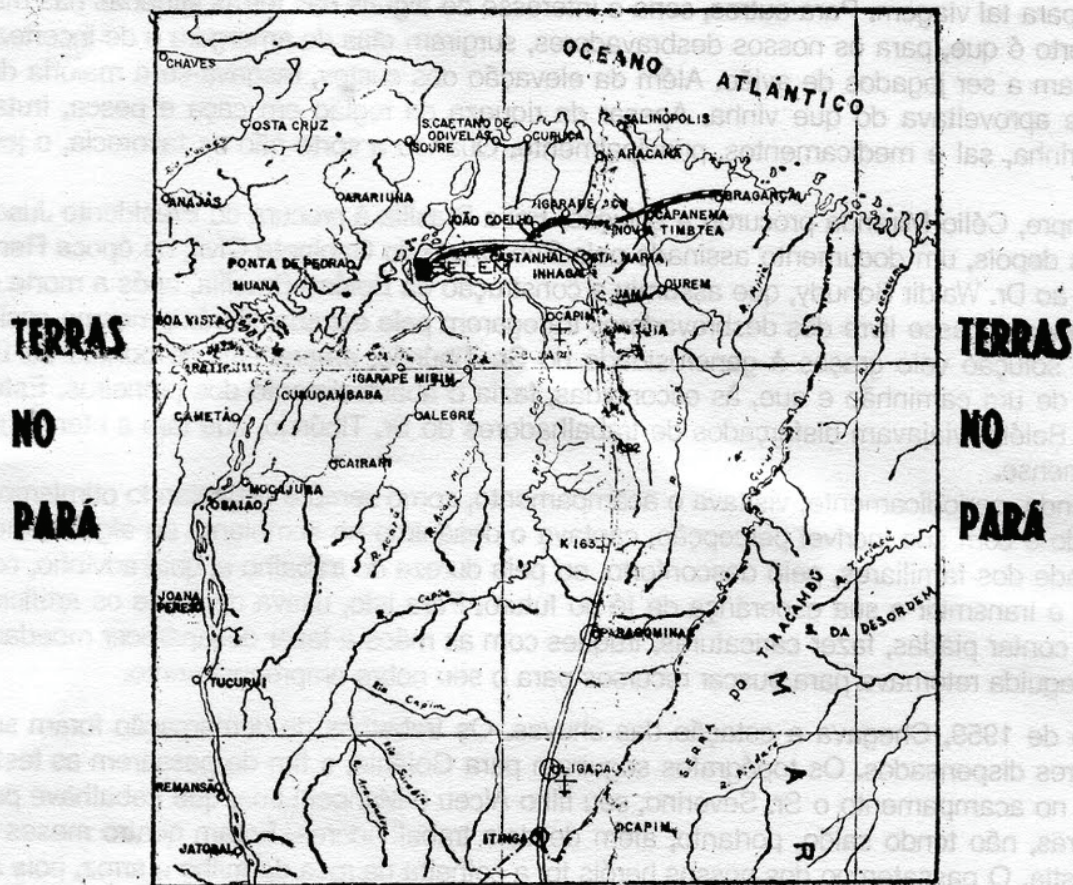
que surgiam em forma de diário e linkanias, meses após os encontros.

As informações compartilhadas evidenciaram alguns caminhos para que mais projetos se desenvolvessem a partir de uma visão mais aproximada aos pontos críticos da Amazônia, e melhor, com mais contribuições propostas por amazônidas. Algumas pesquisas poderiam desencadear o planejamento de uma comunicação efetiva: via celular, para atender as redes que interagem dentro da Amazônia (cineclubismo, por exemplo); o desenvolvimento de redes autônomas sem fio a fim de gerar e distribuir informação entre bairros não atendidos ou fora do mapa das conectividades (não-públicas); a organização e formação em uso de mídias digitais para fortalecer o trabalho das organizações em direitos humanos, etc. Os relatos foram disponibilizados no wiki do projeto – <http://hacklab.comumlab.org>, criado durante as imersivas em colaboração com uma rede autônoma sem fio - ZASF proposta e desenvolvida por Felipe Fonseca. Além disso, um grupo também fora criado no facebook, e de lá pra cá, todo material vem sendo organizado também numa rede independente entre mais projetos latino americanos, <https://n-1.cc/pg/groups/915668/por-uma-cartografia-crtica-da-amaznia/>, gerando uma vizinhança com projetos afins, como a proposta de Cartografias Insurgentes realizada no Rio de Janeiro.

Por fim, o sentido mais importante do que se pôde barganhar com a realização desta experiência - considerando o tempo e as contingências - foi o jogo possível e estabelecido entre a nossa criatividade, liberdade e autonomia. E nesse jogo, do quem-perde-ganha, como diz Vaneigen: *aquilo que não é dito é mais importante do que aquilo que se diz, aquilo que é vivido é mais importante do que aquilo que se é representado no plano das aparências*¹³. Portanto um espaço-tempo subjetivo, possibilitando a gestão de um conhecimento, um viver junto, mesmo que temporariamente e anônimo.

13 Vaneigem, Raoul. A arte de viver para as novas gerações - Coleção Baderia. Conrad Editora. São Paulo. Pág. 199

TERRAS NO PARÁ



ANÚNCIO
SOBRE
PARAGOMINAS
NO JORNAL
"A FOLHA
DE S. PAULO".

TERRAS NO PARÁ

O BRASIL PRECISA DE EXPORTAÇÕES PARA GARANTIR A SUA BALANÇA DE PAGAMENTOS; O BRASIL TERÁ NA EXPORTAÇÃO DA CARNE O SEU MELHOR MERCADO DE MOEDAS FORTES. VÁ V. AJUDAR O BRASIL A CONSTRUIR ESSE MERCADO DE MOEDAS FORTES. VÁ V. PRODUIR A CARNE MAIS BARATA DO MUNDO NAS FAMOSAS E FERTILÍSSIMAS TERRAS DE **PARAGOMINAS** ENTRE OS RIOS GURUPI E CAPIM.

VÁ CONHECER A MELHOR REGIÃO ECOLÓGICA DO MUNDO PARA O ZEBU. TEMPERATURA CONSTANTE. VEGETAÇÃO INCOMPARÁVEL. AGUADAS ABUNDANTES. TEMPO CERTO PARA QUEIMADAS SEM BERNES. SEM CARRAPATOS. SEM INVERNO. SEM ARRAÇOAMENTOS. O PORTO DE BELEM SITUADO NA METADE DO CAMINHO DOS MERCADOS CONSUMIDORES SERÁ O MAIOR EXPORTADOR DE CARNE DO "NOSSO ZEBU". A BELEM-BRASILIA GARANTIRÁ SEMPRE O FUTURO DO SEU EMPREENDIMENTO. TRANSPORTE PERMANENTE E SEGURO. DEZENAS DE MADEIRAS DE LEI CLASSIFICADAS PARA A EXPORTAÇÃO E COM MERCADO FRANCO A BEIRA DA BELEM-BRASILIA. TUDO O QUE V. PRODUIR TERÁ ESCOAMENTO GARANTIDO. PEGUE O SEU AUTOMÓVEL E VÁ COM A SUA FAMÍLIA. CONHECER A REGIÃO DE **PARAGOMINAS** PRONTA PARA SER DESBRAVADA.

INFORMAÇÕES COM —

CELIO REZENDO MIRANDA
RUA QUINZE N.º 19-A TELEFONE: 6-4724
GOIANIA — ESTADO DE GOIÁS.

Arte _ hackeamento

DIFERENÇA, DISSENSO E REPROGRAMABILIDADE TECNOLÓGICA

DANIEL DE SOUZA NEVES HORA

HACKEAMENTO E PRODUÇÃO DA DIFERENÇA

1.1 CÓDIGO E RUPTURA

As antigas sociedades de soberania manejavam máquinas simples, alavancas, roldanas, relógios; mas as sociedades disciplinares recentes tinham por equipamento máquinas energéticas, com o perigo passivo da entropia e o perigo ativo da sabotagem; as sociedades de controle operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e o ativo a pirataria e a introdução de vírus. GILLES DELEUZE, Conversações

O ser / fala / sempre e em qualquer lugar / por meio de / toda / língua.¹
JACQUES DERRIDA, Marges de la Philosophie

O hackeamento² é um conceito difundido a partir da informática, cujos sentidos diversos inspiram apropriações políticas e disputas sobre a sua legitimidade. Embora seja facilmente identificado com a invasão ilícita de computadores por meio de acesso remoto, via rede, o hackeamento significa basicamente a exploração dos limites daquilo que é previamente considerado possível ou admissível (STALLMAN, 2002; RAYMOND, 2003). Para não ser confundida diretamente com o roubo ou corrupção de arquivos digitais, essa forma de experimentação costuma ser distinguida dos atos criminosos denominados como *cracking*, que envolvem o uso da tecnologia mas nem sempre são derivados de algum tipo de hackeamento.

Essa desvinculação do hackeamento com o *cracking* se fundamenta em uma ética defendida pela comunidade hacker. Entre suas premissas estão a apologia do compartilhamento e da liberdade de informação (RAYMOND, 2003), que se aliam à aposta na descentralização do controle, à descrença nas autoridades, à confiança nas possibilidades de criação estética e de aprimoramento das condições de vida com ajuda da tecnologia e à disseminação desse conjunto de ideias para outras atividades culturais (LEVY, S., 2001).

Apesar da adoção desses preceitos, a ética hacker, no entanto, não é suficiente para a absoluta separação entre hackeamento e *cracking*, sobretudo quando se colocam em discussão temas políticos como o acesso ao conhecimento, a privacidade e

2

Os dicionários de língua portuguesa registram apenas o termo hacker, proveniente do inglês, que designa o “entusiasta de computador; aquele que é perito em programar e resolver problemas com o computador; pessoa que acessa sistemas computacionais ilegalmente” (HOUAISS, 2010). Na falta de aportuguesamento ou registro de derivações da palavra, adotamos a expressão hackeamento como tradução para os substantivos equivalentes à ação dos hackers (hacking) e ao seu resultado (hack). Traduzimos ainda a forma flexional to hack como hackear, verbo que teria conjugação semelhante à de recensar.

¹ São de nossa autoria as traduções para o português de citações de obras consultadas em outros idiomas.

outras relações mediadas pela telemática. Para Tim Jordan (2008), por exemplo, o *crack* é um tipo transgressor de hackeamento, já que este, inicialmente, se caracteriza por alterar a normalidade da tecnologia e, em seguida, desconstruir e subverter as determinações cotidianas que dela são decorrentes.

Outros como Stallman (2002), entretanto, apontam que o hackeamento é marcado pelo jogo, o humor, o imediatismo e a perspicácia. Seus resultados habituais são a reconfiguração dos aparatos tecnológicos e a adaptação de seus programas para a execução de funções imprevistas. Desse modo, são estendidas as capacidades técnicas projetadas nas etapas de desenvolvimento e fabricação dos dispositivos. Com isso, caem por terra as regras dos manuais de uso e os limites de controle impostos por administradores e proprietários da tecnologia.

É essa a acepção que nos interessa como primeiro parâmetro conceitual de aproximação entre a arte e o hackeamento. A carga de transgressão, no entanto, não deve ser dispensada, pois os desvios suscitam o questionamento da tecnologia e, eventualmente, podem gerar impactos nos contextos culturais por ela influenciados. É o que comprova a afirmação histórica da contracultura hacker como atitude de reação e, ao mesmo tempo, de estímulo ao aprimoramento e disseminação da microinformática (LEMONS, 2004).

Essa contribuição diz respeito sobretudo aos computadores pessoais construídos com o mesmo espírito de democratização dos clubes de hackeamento pioneiros dos anos 60 e 70 – formados com o propósito de desenvolvimento de sistemas operacionais, aplicativos e alternativas caseiras de montagem de computadores (LEVY, S., 2001, STERLING, 1994). Mas também se refere aos métodos de conexão e intercâmbio de dados precursores da internet e aos sistemas de criptografia e de proteção de dados. Se não fosse o hackeamento, os dispositivos de informação e comunicação seriam diferentes daqueles que conhecemos.

Também seria outro o modo como são mediadas as relações sociais. Pois, conforme Douglas Thomas (2002), o hackeamento não abarca apenas a compreensão e exploração do funcionamento dos aparelhos e das interações que com eles mantemos. Também engloba as relações inter-humanas amparadas em suas estruturas. Para o autor, o valor contracultural do hackeamento reflete, primariamente, sua interferência em duas funções sociais da telemática: a de guardar e a de desvelar os segredos. Em face do poder tecnológico crescente das corporações multinacionais e dos complexos militares e estatais, em um mundo repleto de senhas, a tecnologia é apropriada pelo hackeamento como sala de jogos e meio de experimentação dos caminhos culturais de contestação (ou de aderência) às condições

socioeconômicas dominantes. Se por um lado há o desbloqueio do acesso ao conhecimento, por outro o mesmo conhecimento pode ser empregado na proteção do anonimato de quem lida com os dispositivos de informação.

É nesse sentido também que Taylor (1999) diagnostica a ambivalência social do hackeamento. Por um lado, recai sobre a contracultura hacker a figura de bode expiatório da sensação generalizada de vulnerabilidade, incutida pela presença difusa de tecnologias de informação e comunicação insuficientemente seguras no cotidiano. Por outro, é essa mesma capacidade de subversão e rebeldia que alivia o receio do advento de uma ditadura cibernética consumista. O hackeamento representa, então, uma prática ao mesmo tempo temida e suportada. Por sua natureza escorregadia, seu acolhimento se transforma conforme as circunstâncias com as quais se relaciona.

O hackeamento resiste, portanto, como conveniência inconveniente. Para André Lemos (2004), apesar do risco de atitudes technoelitistas por parte de seus praticantes mais capacitados, o hackeamento responde pela produção de uma despesa eletrônica, um excesso de dados, que sustenta uma possibilidade de resistência contra a tecnocracia e a lógica utilitária da acumulação econômica. Essa capacidade contra-hegemônica se exercita pelo micropoder das apropriações prosaicas obtidas frequentemente pelo truque e o contrabando de signos, de linguagens e de conexões. Essas vias de consumo produtivo esvaziavam o totalitarismo da submissão aos programas dos dispositivos e estabelecem relações dialógicas entre suas finalidades funcionais e suas formas de apreensão políticas e psicológicas.

No aspecto político, ressaltamos as mudanças socioeconômicas impulsionadas pelo hackeamento. Em primeiro lugar, encontramos a observação de Pekka Himanen (2001) sobre a substituição da ética protestante do trabalho de Max Weber pela ideologia comunitária do hackeamento. Nessa nova situação, o trabalho deixa de ser um dever, executado em turnos preestabelecidos, e passa a ser orientado pela consagração da criatividade, pela partilha de habilidades e do conhecimento, por uma atitude apaixonada pelas atividades laborais (mescladas com as atividades lúdicas) e pela doação de produtos para o uso e adaptação coletiva – sem as restrições de propriedade privada.

Embora as constatações de Himanen sejam plausíveis, não dedicam a atenção necessária às questões conflitivas dos novos arranjos produtivos e improdutivos do hackeamento. Nesse sentido, recorreremos ao comentário de Barbrook (2006) contra a inclusão dos hackers entre as novas classes criativas intermediárias (nem dominantes nem trabalhadoras), no entanto, destinadas a um papel de liderança econômica por conta de sua educação, energia em-

preendedora e disponibilidade para autogerir sua inserção no capitalismo cognitivo pós-fordista. Conforme o autor, trata-se de uma interpretação reducionista, e não emancipadora, pois não leva em conta a atual transição do capitalismo para além de sua natureza existente. O equívoco de restringir a criatividade a um grupo seleto de pessoas, a classe criativa, torna-se flagrante quando se nota que as multidões são igualmente capazes de produzir conteúdos culturais, os quais intercambiam livremente e gratuitamente, como dádiva.

De modo semelhante, McKenzie Wark (2004) argumenta que os hackers terminam por se constituir como classe produtora, em virtude da apropriação de seus feitos e restrição do acesso aos meios de produção pelas classes vitoriais. Estas são formadas por aqueles que controlam os vetores de telestesia, ou seja, as linhas sem posição fixa dos modos e dos meios, atuais e virtuais, de percepção à distância, de objetivação e comunicação da informação que é fruto do hackeamento. Para o autor, a consciência dessa disputa é necessária para que os hackers hackeiem sua própria condição de classe a partir do hackeamento da noção de propriedade de dados imateriais digitais, facilmente compartilháveis. Além disso, Wark declara que o hackeamento deve ser entendido como prática irrestrita, que independe da ação dos hackers, e envolve toda ruptura, seja dos códigos da telemática, seja das barreiras ao movimento livre de pessoas no mundo.

Por fim, de acordo com Sherry Turkle (1997), o hackeamento seria um dos índices do declínio da cultura de cálculo modernista e da ascensão da cultura da simulação e da exploração anárquica do pós-modernismo. Segundo a autora (1984), o hackeamento se caracteriza por efeitos surpreendentes obtidos com meios básicos, graças ao exercício de uma maestria inconveniente, uma ciência mole, cultivada fora dos padrões da educação. Embora possa se expressar por toda parte, a autora defende a tecnologia digital como habitat apropriado ao ímpeto de experimentação do hackeamento, uma vez que ela ofereceria maior flexibilidade para a manipulação de seus objetos, sobretudo os códigos de programação e os dados numéricos.

1.2 DIFERENÇAS TECNOLÓGICAS, TECNOLOGIAS DA DIFERENÇA

Máquinas improvisadas, operações anárquicas, programas inconvenientes, algoritmos abertos à apropriação e compartilhamento, práticas colaborativas e táticas de desvio e interferência em circuitos de produção e comunicação. As adaptações e subversões da tecnologia pelo hackeamento alcançam uma abrangência maleável, que concerne

tanto às aplicações corriqueiras das ferramentas, dos mecanismos e das lógicas operacionais, quanto aos experimentos que alargam as fronteiras da ciência, da indústria e da arte. Tal impacto se deve, por uma parte, à disseminação dos códigos de registro, armazenamento, compartilhamento e acionamento da informação. Por outra, deriva do ímpeto de reprogramação da cultura de exploração anárquica e do faça-você-mesmo.

Para nosso estudo sobre a arte e o hackeamento, optamos proceder com essa ideia de alteração e de diferença tecnológica que o termo comporta nas diversas acepções expostas até aqui. A escolha, no entanto, não equivale a um consenso teórico, pois preserva a abertura para abordagens díspares. Como vimos, autores como Wark e Turkle admitem o hackeamento fora dos domínios da telemática. No entanto, para Jordan (2008, p. 10), o fenômeno se restringe às práticas materiais coletivas que produzem, ainda que indiretamente, alguma “diferença ou algo inédito em um computador, rede e/ou tecnologia de comunicação”.

Com essa concepção, Jordan pretende evitar a diluição do hackeamento como sinônimo de qualquer ação criativa. Contudo, para escapar da propensão ao determinismo tecnológico decorrente dessa limitação, o autor (2008, p. 128-130) concede espaço para o abrigo de duas categorias subordinadas de ações indiretamente ligadas à programação e ao uso de computadores e redes de comunicação. A primeira diz respeito ao hackeamento das interações sociotécnicas, com a finalidade de promoção de mudanças sociais. São exemplos disso tanto a fusão de hackeamento e ativismos políticos no hacktivismo quanto a ciberguerra, ciberterrorismo e cibercrime. A segunda categoria abraça a inversão das leis de propriedade intelectual pelos modelos de licenciamento aberto do Creative Commons³, o trabalho do “proletariado de programadores” (hackers assalariados de centros de pesquisa e empresas) e outras práticas que extrapolam a computação.

Com essa tipologia, Jordan (2008, p. 134-141) tenta equacionar a “dificuldade conceitual que o hackeamento apresenta”, em consequência da “simultânea separação e associação entre tecnologia e sociedade” e da mútua capacidade de influência entre ambos os campos. Com amparo na ideia de “potencialidades cotidianas”, ou seja, o conjunto de possibilidades oferecido pelos artefatos aos usuários, o autor justifica a existência de posições contraditórias, porém dinâmicas e efetivas, na mídia digi-

tal. Pois essa mídia suspende o problema de oposição entre a determinação tecnológica da sociedade e a determinação social da tecnologia. Dessa forma, o hackeamento redesenha a relação entre homem e máquina (e vice-versa), ao explorar e alterar as potencialidades determinantes das “sociotecnologias da computação e das redes”.

Vista com desconfiança por Jordan (2008), a extensão do conceito de hackeamento a atividades que não são diretamente ligadas à computação e à telecomunicação se apresenta, no entanto, como alternativa teórica plausível, sobretudo quando são traçados os contornos mais amplos da tecnologia no âmbito da arte e do pensamento filosófico. Nesse sentido, segundo Wark (2004, parágrafo 83)⁴, devemos admitir que hackear é diferir o real, abstrair alternativas, latências do virtual, para lançá-las no atual.

Para além da parcialidade do real ou mesmo de sua falsidade, o hackeamento demonstra, conforme Wark, que “sempre há um excesso de possibilidades expresso no que é atual, o excedente do virtual”. Dessa forma, hackear significa explorar o “domínio in-exaurível” daquilo que não é, mas pode vir a ser. De acordo com essa acepção, o hackeamento é realizado não apenas na informática e telemática e práticas sociais correlatas, como quer Jordan (2008). É efetuado também tanto “na biologia quanto na política, tanto na computação quanto na arte ou na filosofia” (WARK, 2004, parágrafo 75).

Segundo Wark, o que o hackeamento gera e afirma em cada um desses contextos é a abstração, ou seja, a construção de um plano de arranjos de diferenciação de componentes funcionais, sobre o qual podem ser conjugados elementos que sob outras circunstâncias são separados e não-relacionados. Por meio dessa abstração, o hackeamento promove a possibilidade da produção da diferença que produz a diferença, ainda que nem toda abstração vise a uma aplicação produtiva, no sentido econômico.

Enquanto abstração do que é inicialmente tomado como natural, o hackeamento proporciona a (re)duplicação da natureza em natureza secundária, e desta em natureza terciária, seguindo um desdobramento contínuo em escalas infinitas. O que Wark propõe com isso é algo bastante próximo do mundo codificado de Vilém Flusser (2007, p. 90-93), definido como universo de “fenômenos significativos, tais como o anuir com a cabeça, a sinalização de trânsito e os móveis”, que “nos faz esquecer o mundo da ‘primeira natureza’”.

Para Flusser, a comunicação humana, baseada na codificação, é “contranatural” por sua ação “negativamente entrópica” (ou neguentrópica), pois permite a memória e a transmissão artificial das “informações adquiridas de geração para geração”,

que de outra maneira não se organizariam nem conservariam. Segundo o autor (2007, p. 96-97), esse processo de armazenamento de dados para a futura reedição implica o intercâmbio de conhecimentos pelo diálogo, que se revela, então, como tática plural de resistência ao “efeito entrópico da natureza”, de perda da informação, colocando em circulação subsídios imprescindíveis ao acontecimento singular de um discurso.

As condições de registro, disponibilidade e partilha da informação parecem ser, portanto, aspectos incontornáveis para a produção da produção da diferença, especialmente no que concerne à adoção do hackeamento como prática artística. Pois conforme Wark (2004), para atingir seus efeitos, o hackeamento desfaz as travas impostas pelas regras tradicionais de propriedade. Essa superação se apoia em uma mudança significativa introduzida pelas tecnologias numéricas: a posse de um bem cultural em formato digital não requer a privação de acesso a ele. Dito de outra maneira, um arquivo de dados pode ser distribuído sem que se esgote o seu estoque em nenhum ponto do circuito de compartilhamento estabelecido.

De acordo com Wark, a liberdade de informação é condição para o hackeamento, entendido como processo cíclico de produção baseado em conteúdos anteriores, que os desvaloriza como bem de exploração exclusiva conforme são reutilizados. Essa noção dilatada de hackeamento toca, portanto, em questões recorrentes da cultura mundial contemporânea: como a diferença se compõe e se manifesta (a partir da diferença), de que modo é partilhada e negociada e de que maneira agrega comunidades.

A abordagem do tema da diferença deve, no entanto, estar atenta aos sentidos de disparidade, singularidade e discordância, conforme a reflexão proposta por Derrida (1972) a partir da invenção do neografismo da *diferença*. Como sabemos, a *diferença* (*différance*) não se distingue da diferença (*différence*) pela audição⁵, mas apenas pela escrita e leitura. Com a nova grafia, o autor tenta compensar o desperdício da multiplicidade semântica do verbo *différer*, derivado do latim. Corriqueiramente identificado com o ato de se destacar, de ser desigual, o vocábulo remete ainda à ação de dilatar, adiar, prorrogar, aguardar, reservar e, por fim, a de polemizar, dissentir. A segunda acepção é associada à protelação, à espera de ocasião mais propícia e à contempo-

5 No original em francês, Derrida substitui a vogal “e” de *différence* pela vogal “a” de *différance*, criando uma nova grafia que mantém, no entanto, inalterado o valor fonético. Empregamos em português a substituição da “ç” de diferença pelo “s” de diferença, conforme a sugestão de Nícia Adan Bonatti, tradutora de Derrida. Fonte: OTTONI, Paulo (curadoria). Folheto da exposição DERRIDA □ A Traduzir. Unicamp, junho de 2003. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/traduzir-derrida/EXPO.htm>. Acesso em: 25 de novembro de 2009.

4 O livro de Wark não possui numeração de página, mas apenas de parágrafos.

rização, ao desvio suspensivo que anula ou tempera o efeito de atendimento ou de realização de um desejo. A última referência, por sua vez, ressalta o sentido de divergência⁶.

São diversas as implicações do paralelo entre hackeamento e *diferença*. Em primeiro lugar, é preciso considerar que esta última é uma operação que se realiza no interior de uma gramática de escritura fonética e, por extensão, de uma cultura que lhe é inextrincável. Por analogia, o hackeamento deve ser encarado, então, como um procedimento inserido em uma tecnologia, cujas dinâmicas correspondem ao contexto técnico-cultural, funcional e social, que lhe envolvem.

Por outro lado, o jogo silencioso da *diferença*, conforme Derrida, remete a uma ordem nem sensível, nem inteligível, localizada entre registro e performance, que questiona a solicitação de um ponto de partida absoluto e condiciona a possibilidade de desempenho de todo signo. O hackeamento, por sua parte, se apresenta como fluxo contínuo das abstrações propostas por Wark (2004), que viabilizam sua própria sequência pela (dis)funcionalidade das (re) composições tecnológicas que articula (na e pela tecnologia), por meio do confronto entre virtualidades que se atualizam. De volta a Derrida, a significação não resulta da força compacta de um ponto central, mas antes da rede de oposições que lhe distingue.

Assim como Derrida entende a *diferença*, admitimos que o hackeamento se agencia com base em uma errância empírica que une acaso e necessidade em um cálculo não-objetivo, que rompe e refaz as fronteiras tecnológicas e as oportunidades para novos hackeamentos. Sem projeto preconcebido para a sua execução e engajado em uma cultura de simulação, o hackeamento seria o diferir da diferença, sem uma causa predeterminada exterior a seu próprio jogo de apropriação, expansão e subversão tecnológica voltada para a sua própria continuidade cíclica.

O hacker hackeia o mundo e a si mesmo de uma vez, pois ao alterar a tecnologia expressa e absorve as singularidades de sua relação com o tecido de diferenças de que consiste todo código ou sistema de referência, conforme o que apresenta Derrida (1972). Em consequência dessa reciprocidade entre quem hackeia e o que é hackeado, o hackeamento não é função do hacker, assim como a linguagem não é função do sujeito falante. Se este se inscreve na

linguagem, se define por seu idioma, sua capacidade de codificação e intercâmbio neguentrópico da informação, de modo análogo, o hacker se define pelo código que é objeto de hackeamento, por seu diálogo tecnológico desviante que reprograma a abstração da natureza. Torna-se, assim, um agente de abstração que se conforma como intercambista do sistema de diferenças, seguindo e promovendo a *diferença*.

Essa inscrição do hacker no código que é objeto de hackeamento reitera o sentido de produção da diferença conforme a análise de Wark. O código, aliás, também é uma escrita, uma linguagem. Desse modo, o hackeamento age sobre o mundo codificado e consolida opções de atravessamento e remarcação de suas bordas. É também essa noção de *diferença* das fronteiras que Bernard Stiegler (2001) atribui à técnica, cujos modos de performance são modos de expressão (e vice-versa) que suspendem as leis habituais do ambiente orgânico. Esse resultado reflete uma capacidade de ficcionar o real exercida por meio de ferramentas simples, aparatos de comunicação avançados ou engenharia genética. Desde que há técnica, a história ecoa a soma das sucessivas adaptações e registros artificiais – abstrações, *diferença*, hackeamento.

1.3 COMO DISSIDIR/DECIDIR JUNTO

De modo concorrente, a comunidade hacker é agente e paciente da abstração (WARK, 2004). Pois, conforme observa Wark, ao hackear novos mundos, ela se converte na categoria reconhecida por sua habilidade de atualizar a realidade a partir de sua virtualidade, de produzir a diferença. Isso não lhe confere, porém, uma situação privilegiada. Pois seus feitos terminam frequentemente apropriados pelas classes vetoriais. O hackeamento é, portanto, também uma questão comunitária, idiomática, no sentido de uma singularização produzida pela performatividade.

De modo semelhante à Derrida e Stiegler, Roland Barthes (2003) descreve a linguagem como o próprio lugar da sociabilidade, o cenário político, em que o poder é exercido por meio da intimidação da linguagem. Assim como o hackeamento reprograma a tecnologia dominante, a literatura representa, para o autor, a possibilidade de refutação e de emancipação do poder do discurso. A utopia de convívio, do Viver-Junto, sugerida por Barthes, se baseia justamente na identificação de uma fantasia de autonomia e integração, presente em obras literárias, que denomina como idiorritmia (*ídi*os = próprio + *rhyth-mós* = ritmo). A expressão emprestada do vocabulário religioso designa, por metáfora, configurações que conciliam ou tentam conciliar a vida coletiva e a vida individual. São situações que facilitam, em lugar da imposição de um único ritmo, a mobilidade geral

6 No francês, conforme Derrida (1972), o diferente e o divergente também encontram nas palavras *différent* e *différend* duas grafias distintas com sonoridade idêntica. Ambos os sentidos se apoiam na produção de um intervalo, uma distância, topológica e cronológica, que separa o que é do que não é, de maneira que aquilo que é seja de fato o que é. Essa constituição do presente como síntese complexa, “não□originária, de marcas, de traços de retenção e protensão” (p. 14) é o que Derrida denomina arqui-escritura ou diferença – que ao mesmo tempo é espaçamento e temporização.

de um *rhythmós*, ou seja, fluidez, “interstícios, fugitividade do código” (pp. 15-16).

O que Barthes propõe com a idiorritmia é a experiência de ajuste de intervalo crítico, entre uma singularidade e outra, que faria possível uma sociabilidade sem alienação, uma solidão sem exílio. Equilíbrio que o autor investiga por meio da simulação do espaço cotidiano, isto é, do cenário, maquete ou “lugar-problema do Viver-Junto” existente nos romances. O coabitar bem, para ele, é um fato espacial e temporal, resultante do transcurso de gestos comuns ou extraordinários dentro desse espaço dramático.

Comparamos a idiorritmia com a perspectiva apontada por Wark de uma comunidade de hackeamento difuso entre quaisquer agentes interessados e em quaisquer domínios de produção da diferença. Essa comunidade suportaria o compartilhamento da abstração, de forma independente das estratégias de captura e reificação vetoriais. O cenário de tal fantasia seria constituído por meio das redes de telecomunicação, no ciberespaço, mas também por meio dos arranjos socioculturais que regulam a disponibilidade dos códigos de conduta e atividade, bem como a liberdade de reprogramação dos mesmos por gestos corriqueiros e, ao mesmo tempo, extraordinários de hackeamento.

A instituição da idiorritmia para e pelo hackeamento despertaria ainda a consciência geral sobre a *artefatualidade* do cotidiano, ou seja, sobre a *natureza fabricada* da atualidade (DERRIDA; STIEGLER, 2002). Desse modo, seria possível repensar pela estética e pela ética as condições políticas que são formadas e transformadas, em sua estrutura e conteúdo, pelas teletecnologias de filtragem, investimento, interpretação performativa e “modelagem ficcional”, apoiadas em aparatos “factícios ou artificiais, hierarquizadores e seletivos” (p. 3).

A contrainterpretação da artefatualidade é um dos efeitos possíveis da resistência cultural pelo hackeamento. Pois, ao mudar a configuração e a funcionalidade de dispositivos e códigos predeterminados por agentes privados e/ou estatais dominantes, o hackeamento move a própria atualidade. Desafia, por meio dessa tática, o poder “homo-hegemônico” (DERRIDA; STIEGLER, 2002, p. 47), que se fundamenta na standardização dos fatos, por meio da intervenção em seu enquadramento, ritmo, contorno e forma. Conforme Wark (2004), é por essa estratégia que a indústria global da produção cultural e da memória se apropria e domestica o que há de inovação no hackeamento, protegendo, assim, a divisão entre produtores e consumidores – entre proprietários dos vetores de comunicação, das patentes e dos copyrights e grupos que abstraem a informação.

O hackeamento, tomado como prática artística e coletivista, sublinha, portanto, o valor contracultural de uma participação irrestrita na produção da

diferença – portanto, na *diferença*. Ao se tornar acessível, a multiplicidade abala a cena global de aplicação das tecnologias de codificação e controle, moldadas por critérios de acumulação do poder econômico e político. No entanto, como ressalva Wark, é preciso considerar que o hackeamento fornece o próprio combustível de comando, na medida em que as atualizações da virtualidade que efetua carregam em si possibilidades de exploração comercial frequentemente sequestradas para a posse privada. A prescrição da escassez e do consumo regado aos que são privados do acesso deve ser tomada como alvo da ruptura e da dissidência, dedicadas a prevenir a recorrência reativa da dominação.

Ante essa circunstância, recorremos aqui a um jogo semântico entre dois parônimos da língua portuguesa: os verbos *dissidir* (discordar, divergir) e *decidir* (escolher e, por extensão, estabelecer uma norma). Com esse procedimento, não pretendemos obter o mesmo efeito da *diferença* de Derrida, mas sim sublinhar a proximidade fonética de sentidos díspares, que também é observada em *diferir* (adiar, distinguir ou divergir) e *deferir* (condescender, atribuir ou dispensar atenção)⁷.

Dissidir e decidir são ações que reverberam o paradoxo do valor divergente de abertura de códigos pelo hackeamento que, algumas vezes, é domesticado na decisão de novos sistemas proprietários.

Consideramos que a questão das sociedades contemporâneas, imersas na artefatualidade gerada pela tecnologia, não se restringe à questão barthesiana de *como viver junto*. Se essa coexistência implica a negociação dos ritmos descompassados, requer, por outro lado, uma ampla distribuição da *diferença*. Nos termos empregados por Wark, demanda o agenciamento coletivo da abstração e das atualizações da virtualidade. Sob essa perspectiva de confronto entre consensos e dissensos, a tecnologia nos convoca para a solução do dilema de *como dissidir/decidir junto*, que nos indaga: de que maneira a produção da diferença pode suceder como idiorritmia, sem se deixar transformar em nutriente propulsivo da homogeneidade, mas tampouco se tornar em excentricidade absoluta, improdutiva, prosrita da comunidade como algo incomunicável e inoperante?

CONTRAPROTOCOLO

O Viver-Junto solicita um código de interação social, assim como a operatividade do aparato depende de uma organização e um acionamento sistêmico. Quando o Viver-Junto se conjuga com a

operatividade do aparato, seus códigos se emulam⁸ e se dispõem em circuito. Social e maquínico se agenciam. Em qualquer caso, em comunidade, numa relação entre humanos e máquinas ou no automatismo, a interatividade com os componentes depende de protocolos.

Segundo Alexander Galloway (2004), os protocolos fornecem os parâmetros convencionais dos tipos de comportamento possíveis e aceitáveis dentro de sistemas heterogêneos. Uma vez que viabilizam a comunicação das informações e de suas diferenças, podemos incluí-los entre os vetores que na análise de Wark (2004) comparecem apropriados como instrumentos de dominação. A apropriação é o que determina sua aplicação como meio de controle, pois o protocolo não traz previamente em si essa disposição.

De acordo com Galloway, o protocolo reveste a informação, mas é indiferente ao seu conteúdo. Um exemplo que comprova a parcialidade de seus usos é a simbiose entre TCP/IP e DNS⁹ no ambiente distribuído que define a internet. Enquanto protocolos como TCP/IP espalham o controle para localidades autônomas, permitindo relações não-hierárquicas ponto-a-ponto, par-a-par¹⁰, entre computadores, o DNS funciona a partir de uma base de dados de classificação rígida que localiza os endereços da rede em relação aos nomes que designam as coordenadas de sua topologia. Essa chave de operação do DNS faz com que os espaços da internet estejam sob vigilância e possam ser desconectados por aquele que detém o poder sobre seu mapeamento, ainda que as capacidades de transmissão de dados do ponto excluído sejam mantidas. A rede se revela, assim, para além

8 Conforme o Dicionário Houaiss, o verbo emular tem quatro acepções: 1. esforçar-se para a realização de um mesmo objetivo; 2. procurar emparelhar(□se), imitar, seguir o exemplo de; 3. ter emulação com; tentar superar ou igualar□se a; competir, rivalizar(□se); e 4. na informática, como regionalismo brasileiro – fazer com que um dispositivo ou programa reproduza fielmente as funções de outro dispositivo ou programa, de modo a permitir a utilização do primeiro em lugar do segundo.

9 O TCP/IP é um conjunto de protocolos de comunicação entre computadores em rede. Seu nome deriva de dois protocolos, o Transmission Control Protocol – TCP (Protocolo de Controle de Transmissão) e o Internet Protocol – IP (Protocolo de Interconexão). Por sua vez, o Domain Name System – DNS (Sistema de Nomes de Domínios) é um método de gerenciamento de nomes, hierárquico e distribuído, que utiliza o exame e atualização de seu banco de dados e traduz os nomes de domínios em endereços de rede (IPs).

10 Aqui empregamos duas das possíveis traduções para a expressão inglesa Peer□to□Peer – P2P, que indica as redes de máquinas que operam sem uma relação entre clientes e servidores. A organização P2P é típica dos sistemas de compartilhamento de arquivos de música e materiais audiovisuais. Para dar ênfase à ideia de rede, poderíamos optar pela tradução ponto□a□ponto. No entanto, se quisermos acentuar o caráter comunitário, a tradução par□a□par (de igual para igual) parece mais adequada.

de sua aparência corriqueira de tecnologia da idiorritmia anárquica e descentralizada. Nela, o abrigo da diferença é um espaço cibernético¹¹ e, portanto, supervisionado.

O paradoxo do protocolo (GALLOWAY, 2004) é viabilizar coletividades em que há participação, integração e inclusão da alteridade, ao mesmo tempo em que molda as comunidades como nichos de mercado que oferecem lugar *seguro* para toda “diferença” codificada. O protocolo sustém, assim, a ambivalência do poder nas sociedades de controle, tornando mais complexo o seu combate por táticas de contra-protocolo como a software arte, o código aberto e o hackeamento.

Nas sociedades de controle, segundo Deleuze (1995), uma terceira geração de máquinas (de informática) substitui aquelas do confinamento e da burocracia da sociedade disciplinar da era moderna (máquinas energéticas) e aquelas da violência e da gestão da morte das sociedades de soberania da era antiga (alavancas, roldanas, relógios). Essa mudança reflete uma terceira configuração das formas sociais capazes de desenvolver e utilizar seu maquinário. A partir dela, por exemplo, os moldes da disciplina das escolas e fábricas cedem lugar para os controles de estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação.

Outra consequência apontada por Deleuze (1995) é a desvalorização das assinaturas, números e palavras de ordem, em proveito das cifras, das senhas, que marcam a rejeição ou o acesso à informação. Nesse contexto, as massas transformam-se em amostras, dados, mercados ou bancos, ao passo que os indivíduos convertem-se em matérias *dividuais*, divisíveis. Por sua vez, o comando do capitalismo deixa de se ocupar da produção, relegada à periferia dos países em desenvolvimento, e passa a se dedicar à sobreprodução, ou seja, à negociação de produtos e ações, à montagem de peças destacadas e à gestão de serviços. No que concerne à economia, reencontramos aqui o vetorialismo identificado por Wark (2004) como a face preponderante do poder atual.

Por sua vez, Negri e Hardt (2000, p. 23) observam que, nas sociedades de controle, os instrumentos de obediência tornam-se imanentes ao campo social, “distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos”, em lugar de constituir uma “rede difusa de dispositivos

11 A palavra cibernética tem origem no vocábulo grego κυβερνήτης (kubernetes), que significa piloto ou timoneiro. Cibernética é o estudo do controle e da comunicação em e entre sistemas orgânicos e máquinas, conforme a definição de Wiener (1954). Na cibernética, os sistemas são entendidos como circuitos de respostas cíclicas que fornecem continuamente ao controlador dados sobre os resultados de suas ações, para que este continue realizando suas operações. Na medida em que a informática se dissemina em uma série de aplicações relacionadas aos sistemas de comunicação, informação e interação, a cibernética torna-se um termo comumente associado ao campo.

ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas”. De tal modo que a contingência, a mobilidade e a flexibilidade passam a ser absorvidas e empregadas para fins de dominação. É essa a situação com a qual a resistência contraprotocolar (ou *contraprotocológica*¹²) deve lidar, especialmente quando se enfrenta com as tecnologias de informação e comunicação em rede.

Nesse sentido, é preciso levar em conta a análise de Galloway (2004) sobre a internet, considerada por ele não só uma tecnologia e um estilo de gestão, mas também como um diagrama. Conforme a referência deleuziana seguida pelo autor, um diagrama é uma cartografia coextensiva do campo social, um mapa que alcança as mesmas extensões da comunidade. Segundo essa perspectiva, a internet é uma rede distribuída de pontos (computadores, usuários, comunidades, corporações, países), que não são centros nem margens, e de linhas (usos, download, e-mail, conexão, criptografia, comércio, escaneamento).

Galloway ressalta que nesse diagrama é possível filtrar a conexão dos pontos e regular que linhas são permitidas entre esses pontos. Dessa maneira, a informação flui, mas apenas de um modo administrado. Por um lado, a internet é comparável ao rizoma de Deleuze e Félix Guattari (2000), pois cada parte pode estabelecer comunicação com qualquer outra, sem a necessidade de recorrer a um intermediário hierárquico. No entanto, afirma Galloway, a interação pela internet obriga que os pontos usem a mesma linguagem, de modo que o acesso aos protocolos decide a “paisagem da rede – quem se conecta com quem” (2004, p. 12).

O acesso e o domínio dos usos da linguagem de interação são, portanto, os critérios de inclusão e exclusão na comunidade. Por essa razão, o conceito de protocolo de Galloway é isomórfico da biopolítica, da produção da possibilidade de experiências, na sociedade de controle. O controle protocolar afeta as funções de que o corpo é capaz no espaço social e a inserção “destes corpos em formas de ‘vida artificial’ que são *dividuadas*, *sampleadas* e codificadas” (2004, p. 12). Galloway fala então de um encapsulamento bioinformático do corpo individual e coletivo, gerando economias que apontam para o horizonte de transações de tecidos cultivados a partir de células-tronco e de vidas programadas pelo mapeamento e intervenção no código do DNA – tanto de plantas e animais, quanto de humanos.

12 Aqui preferimos manter entre parênteses uma tradução que preserva o derivado do elemento de composição pospositivo *-logia*, que os dicionários definem como indicativo de ciência, arte, tratado, exposição cabal, tratamento sistemático de um tema, ou de conexão com palavra ou proporção. Na língua portuguesa, no entanto, a palavra protocolar é o único adjetivo registrado para aquilo que é relativo ou segue o protocolo.

O autor segue Michel Foucault em sua adoção do conceito de biopolítica, entendido como a racionalização gerencial moderna dos problemas derivados dos agrupamentos humanos. Por consequência, a biopolítica implica um biopoder de gestão calculada da vida, que trata a população como massa de seres vivos coexistentes, com aspectos biológicos e patológicos específicos e categorizados conforme conhecimentos estatísticos e tecnologias específicas.

Para Galloway, no entanto, as mesmas tecnologias que fundamentam o biopoder são a base para a resistência. Se o que está em jogo é o controle da vida, então, o caminho da insurreição é o vitalismo de práticas sociais que alteram ou desviam os fluxos protocolares no rumo de uma forma utópica de comunidade não-alienada. De volta à referência deleuziana, Galloway propõe que a resistência ocorra por meio da criação de interstícios de fuga, de ruptura de circuitos e de incomunicação, dentro do campo do protocolo, e não fora dele.

O hackeamento se comprova, portanto, como tática contraprotocolar, na medida em que transcorre nas frestas das tecnologias políticas. Sua capacidade de abstração e inserção de dissonâncias na modulação dos aparatos de controle compõe a idiorritmia da multiplicidade. Efeito que, contudo, não se isenta dos riscos de reversão em formas mais complexas de dominação.

1.5 MARGINALIDADE (DE/RE) CODIFICANTE

As tecnologias baseadas em códigos instauram a biopolítica das sociedades de controle. Com isso, a matéria e a subjetividade são computadas no registro comum dos bits binários. Porém, apesar dos protocolos de digitalização e de regulação dos intercâmbios de dados, consideramos que a economia da *diferença* segue vigente na combinatória de zeros e uns, pela solicitação do distanciamento espacial e temporal das alteridades nesse universo de inscrição.

De forma dinâmica, cada valor se expressa como outro valor diferido. Conforme Derrida (1972), o inteligível aparece como sensível diferido, o conceito como intuição diferida e a cultura como natureza diferida. Seguindo essa comparação, o contraprotocolo se manifesta como protocolo diferido. A informação transformada em commodity, como abstração diferida – nos termos de Wark (2004). Os manuais de uso (restrito) da tecnologia, como hackeamento diferido.

Ao adotar essa noção proveniente da economia da *diferença* de Derrida, não pretendemos igualar ou subordinar as diferenças, mas sim apontar para a inadequação da ideia de dualidade total entre regra tecnológica e a transgressão do hackeamento. Pois a divergência leva também, de certo modo, a um tipo

de decisão, a uma alternativa de protocolo em relação àquele hegemônico que, eventualmente, pode ser capturada como padrão predominante. Decidir e dissidir (divergir) são atos de relação que se amparam na existência da alteridade. A singularidade se faz e se agencia em conjunto. É heterogenética, porque depende da concorrência de elementos díspares para sua formação, conforme a compreensão da subjetividade proposta por Guattari (1992).

Em outro sentido, devemos considerar o hackeamento segundo aquilo que Deleuze e Guattari (2000) denominam como máquinas de guerra. Esse conceito engloba conexões que se dão na exterioridade da soberania do aparelho de Estado e são dirigidas contra o fenômeno estatal e urbano de controle. A máquina de guerra se constitui como resistência à conjunção de aparelhos de captura que visam à apropriação de suas virtualidades para o objetivo exclusivo da guerra, que não lhe diz respeito de forma direta, mas apenas como relação suplementária ou sintética desenvolvida em reação à tentativa de apropriação do Estado.

Conforme Deleuze e Guattari, nômades e movimentos artísticos, científicos e ideológicos são potenciais máquinas de guerra, na medida em que traçam um espaço liso de deslocamento - vetorial, projetivo ou topológico, ocupado sem medição, em oposição ao espaço estriado, métrico, que é medido para ser ocupado. Não é o nômade, porém, que define essa circunstância. Ao contrário, ele é definido pelo espaço liso, ao mesmo tempo em que este último define o fundamento da máquina de guerra. Repetindo a comparação com a inscrição do sujeito na fala que fizemos acima, o hackeamento não é função do hacker, mas, pelo contrário, é esse ato de desvio que o afirma.

Outro aspecto de analogia entre o hackeamento e a máquina de guerra de Deleuze e Guattari (2000) reside na projeção desta última em uma modalidade de saber distinta daquela que o aparelho de Estado promove. Trata-se de uma ciência nômade, desenvolvida na excentricidade, não apenas como simples técnica ou prática, mas como campo científico em que os problemas de relação entre teoria e aplicação se equacionam de modo alternativo.

Por sua parte, o hackeamento é a divergência que aborda os objetos tecnológicos sem seguir as regras habituais do comércio, da indústria e do poder militar, estatal e corporativo. Tanto pode desenvolver aparatos e usos dissidentes, quanto romper a caixa-preta indevassável de cada artefato projetado para operar como “mecanismo de controle estratificado”, à prova do alcance e da investigação pela curiosidade coletiva (BUSCH, PALMAS, 2006, p. 59). Isso confere ao hackeamento um aspecto subversivo prontamente combatido pelas estratégias de apropriação do poder.

Como apontam Deleuze e Guattari (2000), a ciência nômade é constantemente inibida, proibida ou caracterizada como instância *pré*, *sub* ou paracientífica, por conta das exigências e condições impostas pelo poder dominante e o primado legislativo e constituído da ciência régia. Essa subestimação corresponde a uma relação em que a ciência do Estado se apropria dos componentes da ciência nômade que lhe interessam, ao passo que esta permanece como um fenômeno que lhe escapa. A redução do hackeamento à criminalidade e ao terrorismo procede dessa mesma tendência de subvalorização e intimidação.

Para escapar dessa armadilha, é preciso considerar a *diferença* da ciência nômade em contrapartida à ciência régia, os valores diferidos de uma em relação à outra. Pois, conforme Turkle (1997), embora seja percebida como um saber indisciplinado, feminino e frágil pela cultura de cálculo modernista, a ciência nômade ou *mole*, como prefere chamar, é apreciada pela cultura de simulação contemporânea, devido à sua flexibilidade não-hierárquica que viabiliza um relacionamento cognitivo estreito e virtuoso com cada objeto de estudo. Nesse sentido, a abstração efetuada pelo hackeamento pode ser alienada para o reforço das sociedades de controle, ao mesmo tempo em que seus excessos impedem sua assimilação completa.

hackeamento é uma excentricidade, um transbordamento. Por isso, opera em termos de marginalidade, no sentido de que sua posição do lado de fora acompanha e ajuda a delimitar os contornos do poder vetorial (WARK, 2004). Para Deleuze e Guattari (2000), no limite, o que conta é a fronteira móvel entre ciência régia e ciência nômade, os fenômenos de borda pelos quais a última pressiona a primeira e esta se apropria e transforma os dados daquela. De maneira parecida, Barthes (2003) afirma que a margem é admitida em virtude da demanda social de produção simbólica improdutiva, ou seja, sem finalidade econômica. Mas somente é tolerada quando está sujeita à regulação e codificação pelo conjunto da sociedade.

Em contrapartida à captura pelo poder, a expansão da máquina de guerra também oferece seus riscos. Deleuze e Guattari (2000) ponderam que, na história recente, esse processo se revira no enfraquecimento dos Estados e na reconstrução de uma máquina mundial, da qual esses se tornam apenas meios ou partes oponíveis. A partir daí, deriva a ameaça do fascismo da guerra ilimitada e, em seguida, o pós-fascismo da máquina que adota a paz como meta ainda mais terrífica, sem respiro para a divergência. Apesar disso, surgem possibilidades de revides inusitados que orientam máquinas mutantes, minoritárias, populares e revolucionárias.

Os protocolos tecnológicos conferem o poder da máquina mundial que impõe a liberdade de cada um ser monitorado. Por isso, conforme Galloway (2004), a capacidade de resistência do hackeamento e da reflexão a seu respeito serão decorrentes do tratamento dado aos ritmos políticos de especificação, programação, desenvolvimento e desinfecção (*debugging*) da tecnologia, em suas dimensões informacionais e biológicas. O código, para além de linguagem, deve ser abordado como fator processual, gramatical e composicional, que gera transformações e efeitos práticos para a expressão e compartilhamento da diferença.

Por fim, acreditamos que toda tática contra-protocolar de hackeamento necessita ser compreendida como agenciamento coletivo. Dessa maneira, é possível expurgar o hackeamento tanto do discurso tecnocelista e machista, que tenta restringi-lo aos hábitos de uso dos profissionais masculinos de informática mais capacitados, quanto da histeria induzida pela mídia em favor da condenação criminal dos desvios da norma tecnológica e do livre compartilhamento da informação que desafia o copyright (ROSS, 1990).

Por outro lado, o hackeamento não deve se justificar apenas porque coopera na correção das falhas da tecnologia ou porque contribui para o seu desenvolvimento a partir de uma investigação livre e experimental. Tampouco deve ser reduzido a uma prática educacional e recreativa, a uma reserva de rebeldia e contravigilância para frear o advento do tecnofacismo e o uso irrestrito de aparatos de monitoramento e manipulação de dados.

Segundo Ross (1990), é necessário incluir no hackeamento as práticas daqueles que desconfiam da infalibilidade da tecnologia e conseguem interromper, interferir ou redirecionar o fluxo estruturado de informação que dita a cada agente seu lugar e sua agenda de trabalho a cumprir na rede das trocas sociais. Nos termos de Derrida, o hackeamento engloba todo espaçamento e temporalização autônomos da *diferença*.

Além disso, concordamos com Ross (parágrafo 43) em sua defesa da transformação da crítica cultural sobre a tecnocultura em um conhecimento hacker, “capaz de penetrar os sistemas existentes de racionalidade que de outro modo podem ser vistos como infalíveis”, de reprogramar os valores sociais atrelados à tecnologia e de gerar “novas narrativas populares

ao redor dos usos alternativos da engenhosidade humana”.

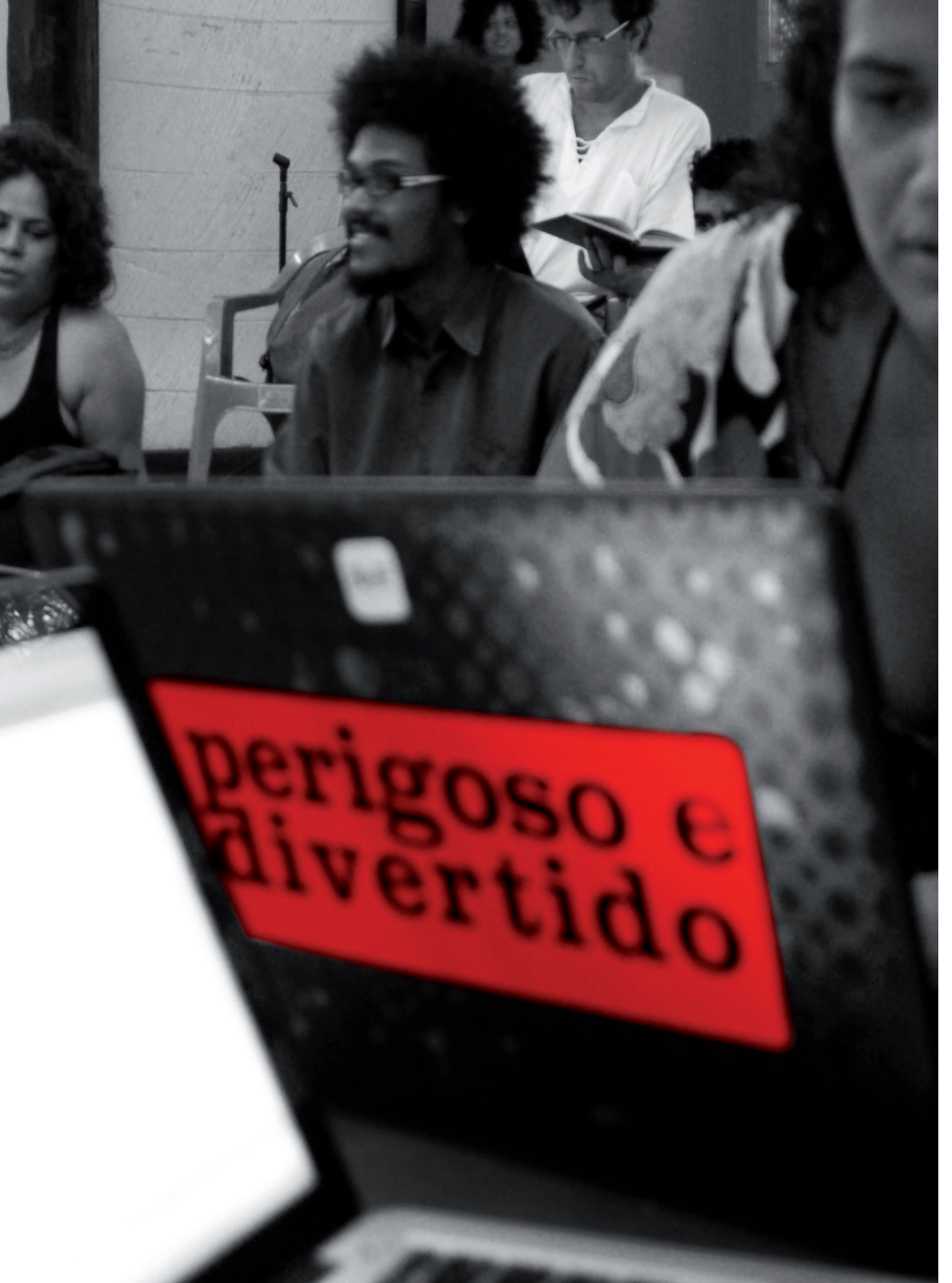
Essa abordagem coletiva e comunitária do hackeamento demanda ainda uma política hacker. Para Wark (2004), é necessário realizar o hackeamento da classe hacker como uma classe social capaz de hackear a própria noção de propriedade sobre a informação que restringe o acesso aos meios produtivos e à produtividade da mediação. Declarando-se criptomarxista, o autor defende a noção de classe com o argumento de que, embora rejeitada pelos apologistas dos interesses dos proprietários dos vetores, segue como princípio inequívoco do plano vetorial que organiza o jogo de identidades como diferenças. Como vimos, é uma falácia a propalada emergência de uma classe criativa intermediária, nem trabalhadora, nem dominante (BARBROOK, 2006), uma vez que a inovação valorizada pela economia cognitiva segue elitizada.

Ainda segundo Wark, a classe vetorial pretende limitar ao âmbito criminal a produtividade semântica do termo “hacker”, uma vez que teme seu potencial abstrato e múltiplo, como classe. “Em toda parte, o desejo de desvelar a virtualidade da informação, de compartilhar a informação como uma dádiva, de se apropriar do vetor de expressão, é tido como o objeto de um pânico moral” (2004, parágrafo 73). A aversão vetorial se volta, então, contra o fim do mito da escassez (insinuado pela partilha sem racionamento da informação digital), contra a abstração da própria ideia de propriedade e contra a virtualidade da ausência de classes.

Para Wark, os maiores hackeamentos seriam formas de organização da expressão coletiva e contínua da multiplicidade, numa aliança de interesses entre as classes produtoras, de modo que a abstração servisse às pessoas, em vez de as massas servirem aos grupos dominantes. Nesse sentido, o autor afirma que é preciso resistir à educação formal como doutrinação para a submissão assalariada. Em lugar dela, propõe o conhecimento transbordante e transformador das ruas e a livre produção de produtores livres. Com isso, os lances de hackeamento poderiam, de fato, se sobrepor seguidamente, desvalorizando a eventual posse de seus antecedentes, por meio da redundância provocada por sua recombinação irrestrita em nova informação.



- BARBROOK, Richard. **The Class of the New**. London: Openmute, 2006.
- BARTHES, Roland. **Como viver junto**: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos - cursos e seminários no Collège de France, 1976-1977. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BUSCH, Otto von, PALMAS, Karl. **Abstract Hacktivism**: The Making of a Hacker Culture. 138 London: Lightning Source, 2006. Available at: <<http://www.isk-gbg.org/abstracthacktivism/>>. Retrieved on: 4th April 2009.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2000. 5 v.
- DERRIDA, Jacques; STIEGLER, Bernard. **Echographies of television**: filmed interviews. Cambridge, UK/Malden, USA: Polity Press, 2002.
- DERRIDA, Jacques. **Marges de la philosophie**. Paris: Les Éditions du Minuit, 1972.
- FLUSSER, Vilem. **O Mundo Codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. Organização: Rafael Cardoso. São Paulo: Cosacnaify, 2007.
- GALLOWAY, Alexander R. **Protocol**: How Control Exists After Decentralization. Cambridge, Massachusetts/London: MIT, 2004.
- HIMANEN, Pekka. **Ética dos hackers e o espírito da era da informação**: A diferença entre o bom e o mau hacker. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- JORDAN, Tim. **Hacking**: Digital Media and Technological Determinism. Cambridge, UK: Polity, 2008.
- LEMOIS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 2a ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- LEVY, Steven. **Hackers**: Heroes of Computer Revolution. New York: Penguin USA, 2001.
- RAYMOND, Eric S. **The cathedral and the bazaar**: musings on Linux and Open Source by an accidental revolutionary. Beijing; Cambridge, Massachusetts: O'Reilly, 2001.
- RAYMOND, Eric S. **Jargon File**. Version 4.4.7. 29 Dec 2003. Available at: <<http://www.catb.org/~esr/jargon>>. Retrieved on: 6th April 2008.
- ROSS, Andrew. Hacking away at the counterculture. **Postmodern Culture**, vol. 1, no. 1, September, 1990.
- STALLMAN, Richard. **Free Software, Free Society**: Selected Essays of Richard M. Stallman. Boston, MA: GNU Press, 2002. Available at: <www.gnu.org/philosophy/fsfs/rms-essays.pdf>. Retrieved on: 4th October 2009.
- STALLMAN, Richard. **Richard Stallman's Personal Page**. 2009. Available at: <<http://stallman.org>>. Retrieved on: 23rd July 2009.
- STERLING, Bruce. **The Hacker Crackdown**: Law and disorder on the electronic frontier. PDF version 0.1 by E-Scribe, 1994. Available at: <http://www.ballistichelmet.org/school/hacker_crackdown.pdf>. Retrieved on: 11th July 2009.
- STIEGLER, Bernard. Quando fazer é dizer: Da técnica como diferença de toda fronteira. **ReVista**, n. 3, Brasília, UnB, 2001.
- TAYLOR, Paul A. **Hackers**: Crime in the Digital Sublime. London/ New York: Routledge, 1431999.
- THOMAS, Douglas. **Hacker Culture**. Minneapolis, MN, USA: University of Minnesota, 2002.
- TURKLE, Sherry. **Life on the Screen**: identity on the age of internet. New York: Touchstone, 1997.
- TURKLE, Sherry. **The Second Self**: Computers and the Human Spirit. New York: Simon and Schuster, 1984.
- WARK, McKenzie. **A Hacker Manifesto**. Cambridge, MA/ London: Harvard University Press, 2004.



perigoso e
divertido

PERIGOSO E DIVERTIDO

"FRASE-SAMPLER"

A frase "Perigoso e divertido" surgiu em uma de minhas chegadas no Rio de Janeiro misturadas com as lembranças de algumas cenas do cinema marginal e também vivenciando a cidade e sua paisagem naqueles momentos. Algumas vezes andei de fusca pelo Rio de Janeiro com Melmut Batista e em um desses passeios saímos de Santa Teresa partindo para as Paineiras na floresta em morro e, aquele enquadramento das janelas do fusca me levou para outro lugar querendo transformar as coisas. O simples passeio pela cidade passando pelas praias, a lagoa, as calçadas, os prédios, as pessoas, a floresta, no olhar de dentro de um fusca de janelas em cantos ovais me inspiraram as possibilidades para (re)inventar a experiência.

Chamo de "frase-sampler" por me apropriar de uma fala do filme "Bandido da Luz Vermelha" de Rogério Sganzerla e incluir uma palavra que atribuí um caráter ambíguo à afirmação evidenciada. A ideia surgiu primeiramente para fazer um cartaz que não chegou a ser produzido, mas em um convite me propuseram então para fazer o adesivo e foi nesse formato que consegui publicar e dispersar a ideia-conceito.

Não importa a experiência que eu descreva para motivar a ideia, acredito que esse conceito possa ser melhor desenvolvido no pensamento de cada um que a lê, creio que a subjetividade implícita na frase motive as múltiplas identificações que venho notando que ela suscita.

As cenas dos filmes do cinema marginal filmados no Rio de Janeiro me inspiram muito e acredito que essa experiência no tempo da imagem entre a arquitetura e a selva (floresta, jardim, paisagem, roteiro...) filmadas em preto e branco com o ritmo "perigoso" das histórias, subjetivam coisas que não estão ali explícitas. É nisso que transfiro a lembrança e identificação dessas imagens com a re-invenção da experiência nesses locais. Quer seja a mesa de trabalho, quer seja as noites entorpecidas com os amigos pela cidade, a concentração que deveria estar em primeiro plano ou mesmo a dispersão que está sempre disposta a impulsionar as ideias, motivam projetos e trabalhos que derivam dessas experiências mescladas na função de estar no mundo.

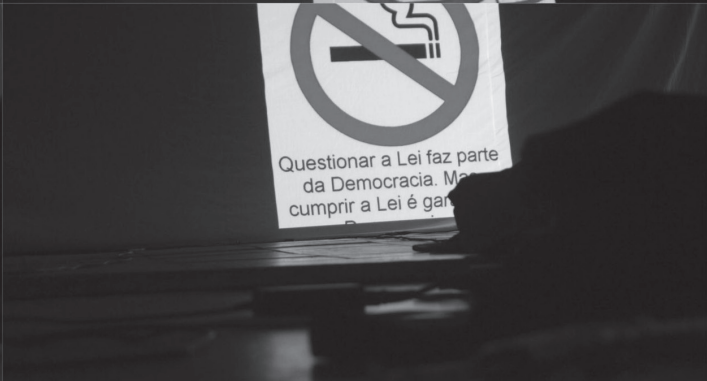
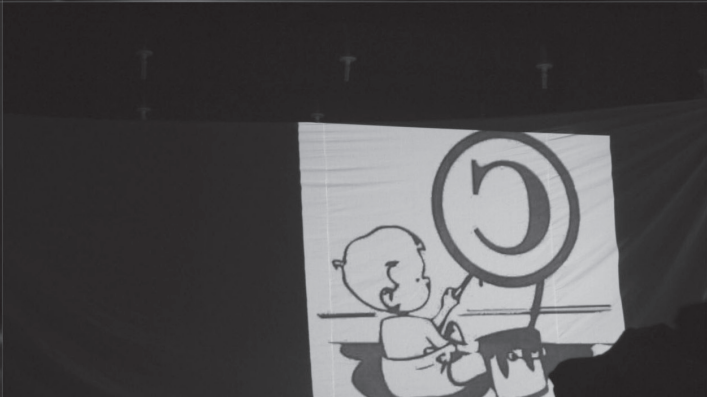
A vivência desse limite do "perigoso", que tanto pode estar ligado a ideia de violência como a simples tomada de decisão de fazer isto e não aquilo nos leva a tentar equilibrar sempre estas instâncias que permeiam a diversão de nossas vidas.

Perigoso e Divertido equivale a esse processo que nos pertence.

Traplev.

Rio de Janeiro, junho de 2012.





Rio – Belém – Santarém – Rio

BRASIL, 13 DE AGOSTO DE 2011, CALENDÁRIO GREGORIANO

TATIANA WELLS

Tudo começou em Medellín, Amazônia colombiana. Em um encontro de labs de mídia chamado Labsurlab¹, conhecemos Antena Mutante e Pablo de Soto, que realizavam uma oficina de vídeo cartografia pelas periferias da cidade, mapeando situações de conflito social, como greve de estudantes, narcotráfico, resistência cultural via hip hop etc. A cartografia procurava criar novas leituras sobre a cidade, principalmente sob a perspectiva da resistência por trás de tantos conflitos de terra; paramilitares; presos políticos; jovens sendo assassinados; situações de crise que, mesmo tendo seus momentos de pico máximo (como em operações muito parecidas com as UPP's², só que com número considerável de assassinatos e maquinaria de guerra), ainda hoje predominam. Depois disso, iniciamos **diálogos convergentes desde el sur**: uma troca de e-mails entre os coletivos, linkando outros espaços: Bogotá, Madrid, Rio de Janeiro, Cali... conjurando um encontro na Amazônia e no Rio de Janeiro, que desse continuidade ao trabalho iniciado na Colômbia, mas com características locais, como inevitavelmente seria.

Nos juntamos assim à iniciativa Hacklab – Por uma cartografia crítica da Amazônia, onde houve uma segunda convergência desta rede ampliada. De 4 a 7 de agosto, reencontramo-nos, eu e Pablo, em Belém, junto a Felipe Fonseca, Paulo Tavares e Ricardo Folhes – não-locais – e aproximadamente 40 pessoas de diversos coletivos artísticos, midiáticos, produtores culturais etc. da cidade. Um próximo encontro está agendado para o fim de agosto,

novamente em Belém e Santarém, e mais a etapa carioca, que se inicia em setembro³.

Chegando a Belém para o primeiro combo, sob o calorão da cidade, abrigados no Casarão Cultural Floresta Sonora⁴, no centro da cidade, nossos anfitriões nos levaram à Feira do Açaí, no mercado público Ver-o-Peso, onde fui logo roxear minha boca (de açaí com farinha). Na casa – um espaço coletivo, ouvíamos um guitarrista local sendo gravado e aos poucos fomos conhecendo diversas iniciativas de intervenção urbana, design, cinema, rádios livres, performers, permacultores, músicos...

A última vez que cheguei à Belém – pra ficar e de bicicleta – já tinha sido uma experiência intensa. Essa também não poderia deixar de ser, mergulhando numa imersiva de re-conhecimentos. Passamos três dias em um parque de igarapés⁵, apresentando-nos e achando pontos de união e conflito entre nossas práticas, de forma espontânea, sem horários rígidos ou programação vertical. Uma Zarf (Zona Autônoma Sem Fio) foi montada e, nesse espaço comum, wikka e pastas, fomos nos inserindo. Falamos sobre a desconectividade amazônica; gênero; licenças livres; cartografias; megaprojetos x comunidades locais; a ideia de Amazônia para o mundo; América Latina; entre outros temas. A pirataria de softwares parece ser tão bem incorporada aqui que reflete, em muito pouco ou quase nenhum, o uso do software livre – apenas por integrantes do grupo Coisas de Negro que estavam justamente atrás de uma distribuição linux.

À noite, participamos de múltiplas performances

1 Rede de iniciativas independentes que formam hacklabs, hackerspaces, medialabs e todos os tipos de laboratórios e funcionamento biopolítico coletivo para territórios da América do Sul – <https://labsurlab.org/>. Artigo online sobre o encontro <http://www.revistaglobobrasil.com.br/?p=695>

2 Unidade de polícia pacificadora instalado nas favelas cariocas desde o ano de 2008

3 Compilação bruta & incompleta de idéias http://midiatatica.info/sur/dialogos_del_sur.pdf; <http://cartografiasinsurgentes.wordpress.com/>

4 <http://casaraocultural.wordpress.com/>

5 Parque dos Igarapés – <http://www.parquedosigarapes.com.br/historia.php>



no igarapé; mergulhos em redes e troca de arquivos por bluetooth com o público; e até um susto com os seguranças que seguraram Pedro ao vê-lo puxando sua companheira de cena pelos cabelos e jogá-la numa caixa. Tanto a performance como os vídeos disparados por celular falavam da violência contra a mulher.

Diante de trabalhos tão instigantes, muitos sem nenhuma conexão direta entre si, mesmo que mergulhados num mesmo contexto, a cartografia pode servir como norte alinhavador de ações colaborativas emergentes. Assim como não há *net*, mas uma cultura digital subterrânea que se comunica eficientemente por troca de arquivos p2p via celulares, filmes e performances, essa rede também pode ser fomentada por iniciativas como o Hacklab Belém, que trazem diferentes ações para se conhecer e refletir sobre os próprios territórios e características políticas, sociais, culturais, criando um lugar-tempo comum. Ali todos nos tornamos metareciclistas, feministas, ribeirinhos. Só faltou mesmo termos ido, no domingo, ao espaço do Coisas de Negro, dançar o carimbó.

Fecha-se o primeiro ciclo de imersivas em Belém com muitos pontos nodais, embriões de categorias e ideias a serem tornadas ações nos próximos encontros.

Inicia-se a etapa Santarém, às margens do Rio Tapajós, onde nos encontramos com hacktivistas paraenses. É realmente inspirador ver a garotada difundindo, usando e desenvolvendo o linux. No Coletivo Puraquê, conhecemos iniciativas de cinema, moeda social, oficinas de programação em computadores, encontros de gênero e tecnologia. Tudo transmitido pela rádio Muiraquitã.

À noite, um cineclube mostrava produções locais em sua maior parte, mas também outros filmes com

temáticas relacionadas, como Ciclovida⁶, que trata da apropriação das sementes originárias por empresas, como a Cargill (a mesma que tomou a praia do centro de Santarém para instalar seu ponto de escoação de soja para o mundo). Depois de um mergulho em Alter-do-Chão, linda praia-ilha de água doce, mais um portal se abriu, como colocou Edu em sua fala: essa é a cidade do futuro - pequena, conectada, com natureza presente. O caminho aqui trilhado busca envolvimento, a solidariedade digital e o compartilhamento de saberes - geopolítica Amazônica.

Conversamos muito sobre mapas por meio de um trabalho já criado por eles, dos infocentros e redes de *net* na cidade. Criamos à caneta um novo mapa, por cima deste, com as relações de conflito: porto da Cargill; futura hidrelétrica Rio do Norte; descoberta do aquífero de Alter-do-Chão; expansão de áreas de periferia da cidade; rota aquática das drogas; áreas de prostituição; ocupações - visualizando desde serviços públicos inexistentes aos recursos naturais extraídos de forma violenta (como a pedra descascada, que surgiu para dar espaço à rota de aviões oriundos do aeroporto) - à desenhos mais subjetivos, como o mapa dos cheiros.

Foi realmente impressionante participar de duas conexões, Belém-Santarém, com tanta experiência a se somar - arte e tecnologia na Amazônia. A ação em si já é um mapeamento, criando suas peças de encaixe, ligando-se por conexões físicas: observação, escuta, trânsitos, imersões. Outras mais subjetivas, como descobertas, vizinhança expandida, políticas, projetos hackeados etc. É evidente a força das práticas distribuídas. Organizá-las em uma narrativa comum, incorporando seus afluentes espaciais, óbvios, imemoriais - o necessário desafio.

6 **Ciclovida** - <http://ciclovida.org>, é um documentário narrativo que segue um grupo de camponeses sem terra numa viagem atravessando o continente da América do Sul de bicicleta, na campanha de resgate das sementes naturais.



*TODAS
CONTRA A
UHE BELO
MONTE!*

**FUNDAÇÃO
LUCIA GOMES
2012**

ARQUIVO AMAZONE

PAULO TAVARES em roda de conversa

Paulo: Antes de começar esse trabalho, eu era envolvido com um lugar que se chama Rádio Muda, que é uma rádio que existe lá em Campinas. É um coletivo, que é um pouco o antes e depois dessa história de coletivo, é como se fosse um organismo que junta muitos coletivos. Não sei se vocês conhecem este lugar. Para mim, a minha escola política foi fazendo rádio muda, rádio livre. Depois de fazer rádio livre eu fiz parte de um coletivo que se chamava Submídia. Ali tinha toda essa ideia de subversão das mídias, e a gente trabalhava muito montando rádio analógica e montando televisão, transmissões de rádio e televisão, no sentido de ocupar um espaço público, um espaço *spectroeletromagnético*... é como ocupar as ruas da cidade, você ocupa uma espécie de espaço que, de fato, não é virtual, é totalmente material, e é regulamentado por um regime latifundiário assim como é a Terra no Brasil. Então, foi dessa experiência que eu conheci a Giseli, a Tati e outras pessoas que estão aqui, mais ligadas à produção dos mídias.

Depois desse momento eu estava interessado em pesquisar, algo mais material-territorial, e fui desenvolvendo essa coisa sobre a Amazônia, que por hora chama-se Projeto Amazone. Amazone é um palavra retirada, - roubada mesmo -, de um cara que se chama Eduardo Viveiro de Castro, um antropólogo do Rio de Janeiro que escreve uns textos muito legais sobre a Amazônia. Amazone foi o nome de um projeto que ele fez, ele colocou um capítulo de seu próximo livro num wiki, que chamava wikiamazone, onde todos poderiam colaborar e roubar as coisas que tinham nesse wiki. É um cara cujo o trabalho eu admiro muito. Então este nome é uma referência a ele e a seu trabalho.

Eu concebo este meu projeto é como uma espécie de cartografia, mas é uma cartografia que não tem apenas duas dimensões, trabalha com diferentes camadas que se interligam, e isso significa tanto mapas “tradicionais” como mapas audiovisuais, vídeos, e textos também. A minha prática é muito relacionada com a prática do escrever porque tem processos que acontecem e que a gente vê, ou melhor, que queremos tornar visíveis, que eu acredito que devem ser acessados e tornados sensíveis por meio da escrita. Isto é importante. Então tem uma relação, vamos dizer assim, com jornalismo investigativo, uma espécie de prática etnográfica ou uma etnografia da paisagem... etnografia da terra. O que eu vou mostrar aqui é um material bruto, para dividir e ouvir as críticas e opinião de vocês. Quero abrir esta coisa que está em processo, então eu proponho a falar em cima

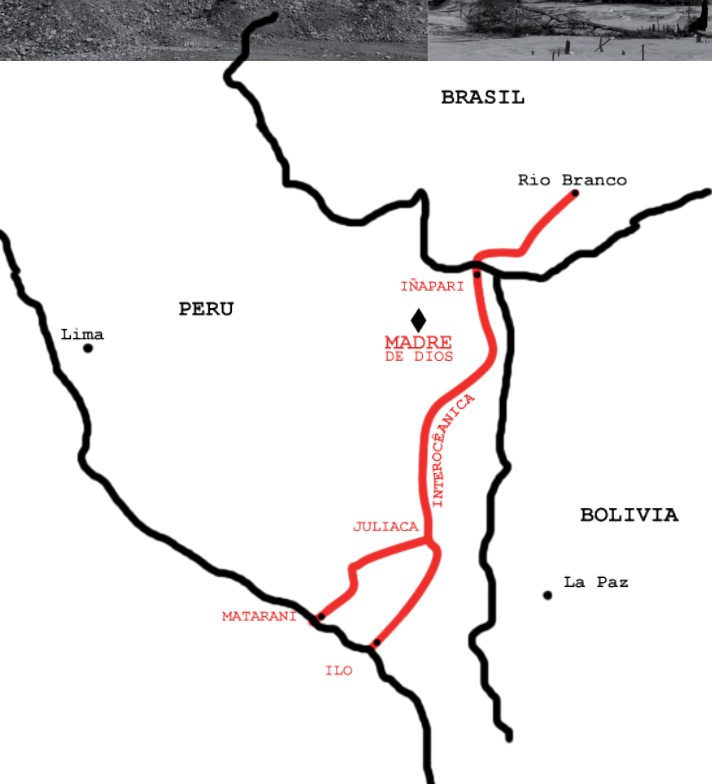
porque elas ainda não está decupadas de maneira a se comunicar por si mesmas, logo, precisam de outra camada de significação, que será a minha voz:

O governo brasileiro está investindo muito numa área da Amazônia peruana, botando grana em uma rodovia que chama Interoceânica, que até foi mostrada aqui, que é para escoar soja para a China. Então a área de tríplice fronteira do Brasil com a Bolívia e com o Peru, está passando por uma transformação territorial-geográfica-ecológica muito intensa. Tanto que os peruanos falam que o Brasil é uma espécie de força imperialista dentro do território deles, principalmente nessa área que é uma área amazônica. E este fato está relacionado com uma espécie de reposicionamento geopolítico que o Brasil assumiu nos últimos 10 anos... teve muito dinheiro para a cultura, como a gente percebe em várias dimensões, em vários lugares do país. E essa espécie de bonança interna para o ambiente cultural também se reflete no reposicionamento geopolítico do país que está relacionado com uma expansão da produção de *commodities*¹, que foi o modelo desenvolvimentista que o Brasil adotou, logo o imperativo a exportação de soja para a China, e para tanto, o Brasil está fazendo uma série de obras no Peru, principalmente esta rodovia que se chama Interoceânica. E essa rodovia abriu uma grande área de fronteira, abriu uma área que não era, vamos dizer assim, colonizada ainda. Como vocês sabem, toda vez que se abre uma rodovia na Amazônia, as pessoas migram em processo caótico de ocupação, similar do que aconteceu na Transamazônica. Então, é um pouco disso que eu vou mostrar; é uma área de mineração na região de Madre de Dios, no Peru.

Quando teve a crise financeira em 2008, o preço do ouro foi lá para cima... e sobe porque o mercado tem a necessidade de se apegar a um produto seguro, que é um produto que a gente nem sabe para quê que serve direito... O preço disparou no mercado, provocando “uma corrida” atrás do ouro em vários lugares, sendo um desses lugares a Amazônia peruana, onde se começou a ver um processo de transformação da paisagem muito radical porque as pessoas foram retiradas de suas terras, pelo latifúndio, passaram a migrar para a fronteira do ouro, como acontece em outros lugares da Amazônia brasileira.

E eu estava interessado numa espécie de link que há entre esse capitalismo virtual-financeiro-

1 . Literalmente significa mercadorias, são habitualmente substâncias extraídas da terra e que mantêm até certo ponto um preço universal.



“...O governo brasileiro está investindo muito numa área peruana, uma rodovia que chama Interoceânica, que é para escoar soja para a China, na fronteira do Brasil com a Bolívia e com o Peru...”

global, este processo de ‘acumulação primitiva, estava interessado nos desdobramentos materiais que essa espécie de *capitalismo high-tech* produz. Então estou aqui falando de tecnologia: estamos usando computador, que por sua vez usa matéria-prima tiradas da terra... esta é a base material que sustenta a economia *high-tech*. E dentro desse esquema nós, brasileiros, terceiros mundistas, somos muito mais consumidores do que produtores. Esse foi, em larga medida, o papel destinado para o Brasil, e não só para o Brasil, mas principalmente para esta região, que é a região Amazônica e não só a Amazônia brasileira. A gente está muito numa rede virtual, que é um barato muito legal, mas então, nesse sentido, eu acho que a discussão sobre a tecnologia passa muito por uma espécie de efeito material deste espaço virtual. Quando houve o colapso do sistema financeiro (que é na verdade produto desse tipo de tecnologia) a “bolha” não estourou apenas em Wall Street, na verdade estourou também na Amazônia, através desse processo de favelização muito acelerado, que vocês estão vendo aqui, que consome a paisagem em uma velocidade incrível, como se fosse devorando ela.

Então eu acho que a minha contribuição seria neste sentido, para que a gente possa repensar ou colocar essa questão - que foi mencionada aqui pelo Felipe em relação a quanto de lixo é produzido pelos aparatos tecnológicos? Ou seja de outra maneira, pelo nosso desejo de usar tanta tecnologia digital? E quais são os desdobramentos espaciais e territoriais deste sistema tech-virtual-financeiro em uma escala globo?

A gente viu que houve uma mudança em relação a cultura digital, em relação ao uso da internet, celulares, durante esses 10 anos aqui no Brasil, não é verdade? São Paulo está cheio de Hyundai, de Toyota, uns “puta” carrões existem agora em São Paulo, o que demonstra que houve aí um crescimento do PIB e o Brasil quis se reposicionar. E o modelo desenvolvimentista que o Brasil propôs e no qual tal reposicionamento está fundamentado é continuar exportando *commodities*, não é produzindo tecnologia! Fizeram uma empresa ali do lado da minha cidade que é Campinas, que vai produzir iPad, então, os caras estão falando: “nós temos tecnologia!” “nós estamos produzindo iPad!”, sim... nós estamos montando iPad! Nós não estamos produzindo tecnologia! E isso me parece ser uma questão essencial e paradigmática, e não só no contexto brasileiro, mas em toda a América Latina. Se você olhar o que acontece no Peru hoje, e ainda mais para o Equador, definitivamente a questão é: colocar-se dentro do esquema-mundo como exportador de petróleo, um exportador de biomassa, um exportador de *commodities*, ou se haverá reversão do modelo de desenvolvimento. E, logo, propor uma nova solução que não é só para um país, mas é para o mundo... porque o mundo está fodido.

Então, eu acredito que essa é uma reflexão importante, e eu acho que ela sai muito daqui, da Amazônia, por isso meu interesse aprender com esse território. Como diz aquela terceira frase do manifesto antropofágico do Oswald de Andrade: “Só me interessa aquilo que não é meu”. A história vinda de São Paulo, é uma história bandeirante, é aquela coisa dos bandeirantes, eles são os empreendedores, e a história do Brasil é muito contada do ponto de vista de uma mitologia meio bandeirante, que é uma mitologia colonial, que continua até hoje... já a Amazônia reverte esse ponto de vista não só pro Brasil, mas numa espécie de maneira universal, apontando coisas que são soluções, são modos de vida, são modos de pensar que são válidos para o mundo.



zonas de mineração em Madre de Dios, Perú

“...o que aconteceu no Peru em 2009, o governo do Alan Garcia decretou um estado de sítio, porque toda a região peruana da Amazônia é uma região descolonizada, praticamente, não tem muita atividade econômica, como tem no Pará, o oeste da Amazônia que é mais assim...”

Bruna Suelen: A história do Brasil é bem colonial e a gente sofre com colonização ainda hoje, indubitavelmente, é por isso que a gente tem uma lógica, que quem vem de fora chama de bairrista, a gente se protege mesmo. Eu queria pensar contigo, e queria saber o que é isso, que tu chamas de um modelo de resistência que reverbera pro mundo?

Luciane Bessa: Porque tu falaste naquele dia da apresentação, que tu vias a Amazônia como uma fronteira de descolonização, podes falar mais sobre esse potencial?

Paulo Tavares: Por exemplo, veja o que aconteceu no Peru em 2009. Toda a região peruana da Amazônia é uma região praticamente “descolonizada”, por assim dizer, não existe muita atividade extrativista como existe no Pará. Mas esta área está sendo preparada para uma nova fase de integração com o sistema extrativista global. Em junho de 2009, houve um protesto muito grande dos indígenas de lá, através de uma associação que chama AIDSESP, e os indígenas fizeram um movimento muito forte de protesto e conseguiram barrar uma série de leis, mesmo depois do estado de sítio que o governo do Alan Garcia declarou em toda a área Amazônica.

Veja o que aconteceu na Bolívia, outro exemplo, com a guerra do gás. E também aconteceu recentemente no Equador, no processo constitucional, o Equador fez uma nova constituição, nessa constituição o Equador reconhece o Estado equatoriano como plurinacional, eles falam: - Nós somos um Estado, - que é um conceito político-, “habitado por diferentes nações”, - que é um conceito cultural-, “nações indígenas desde os Andes até o Amazonas, um Estado formado por diferentes nações”. Isso significa que a comunidade política reconhece diferentes culturas, e diferentes culturas necessariamente passam pra uma relação com o meio ambiente que não poder ser mediada somente por um Estado centralizador. Então isso significa que os recursos naturais serão mediados e governados por aquelas diferentes comunidades, e isso deve ser reconhecido como fato constituinte do Estado

enquanto comunidade política. Logo, eu acho que o conceito de plurinacionalidade, por exemplo, que vem de uma perspectiva Amazônica – não só Amazônica, também Andina -, ensina pro mundo o que é a descolonização do conceito ocidental de Estado-Nação.

Se você for comparar isso com a Europa, por exemplo, é possível ver a diferença: lá eles dissolveram os Estados em comunidades étnicas, como por exemplo na antiga Iugoslávia: “sou eu, é minha cultura, e eu tenho um Estado!”. E isso está gerando guerra por lá, uma série de divisões, e essa é a solução dos caras para a plurinacionalidade... entram em conflitos, querem fazer diferentes países, cada um tem sua etnicidade, cada um tem sua própria coerência étnica, cada um tem sua cultura muito localizada, etc... e qual que é a lição que a Amazônia quer ensinar? Ela fala assim: - “Não, não! Nós precisamos de um Estado forte, para ir contra o neoliberalismo, mas nós queremos ter um Estado plurinacional, que reconheça a diversidade da qual nós somos parte!” Eu acho isso muito forte, e esse é um pensamento de origem Amazônica, e eu aprendo muito com isso, entende? E é por isso que eu estou interessado nisso.

Don: Então dentro da tua pesquisa, o que tu menciona ou cita como foco de resistência indígena no Brasil, especificamente?

Paulo Tavares : Eu acho que tem um momento paradigmático que a gente está vendo uma reverberação hoje que é o Xingu. Todo mundo sabe disso. Mas o que aconteceu em 1989... a gente falou um pouco do processo de ocupação dos militares na Amazônia, em 1984, quando o Geisel assume o poder tem o que se chama de uma abertura, depois o Figueiredo é a distensão... Esse processo de abertura foi um processo de formação de subjetividade muito interessante no Brasil. A gente vê a emergência do Partido dos Trabalhadores, uma série de movimentos populares, e também do movimento dos indígenas. Depois a gente viveu a Era Collor, que todo mundo lembra, inflação alta pra caralho, todo mundo fodido, aquela repressão. Bem, este

momento de abertura-subjetividade-criação, que é representado pelo encontro de Altamira, no Xingu em 1989, foi quando os índios realmente emergem na cena como atores políticos desse país. E nesse sentido, eu acho que os indígenas estão apontando para isso, para essa espécie de plurinacionalidade, a Amazônia é por definição um espaço plurinacional, habitado por muitas nações, e eu acho que, vamos dizer assim, esse tipo de epistemologia indígena que inverte ou critica um pensamento ocidental, que é o pensamento segundo o qual nós nos educamos, que é um pensamento importado, é fraturado... então, de certa maneira, rompe-se com o pensamento ocidental-branco-macho, de certa maneira, e eu acho que isso vem muito dos índios.

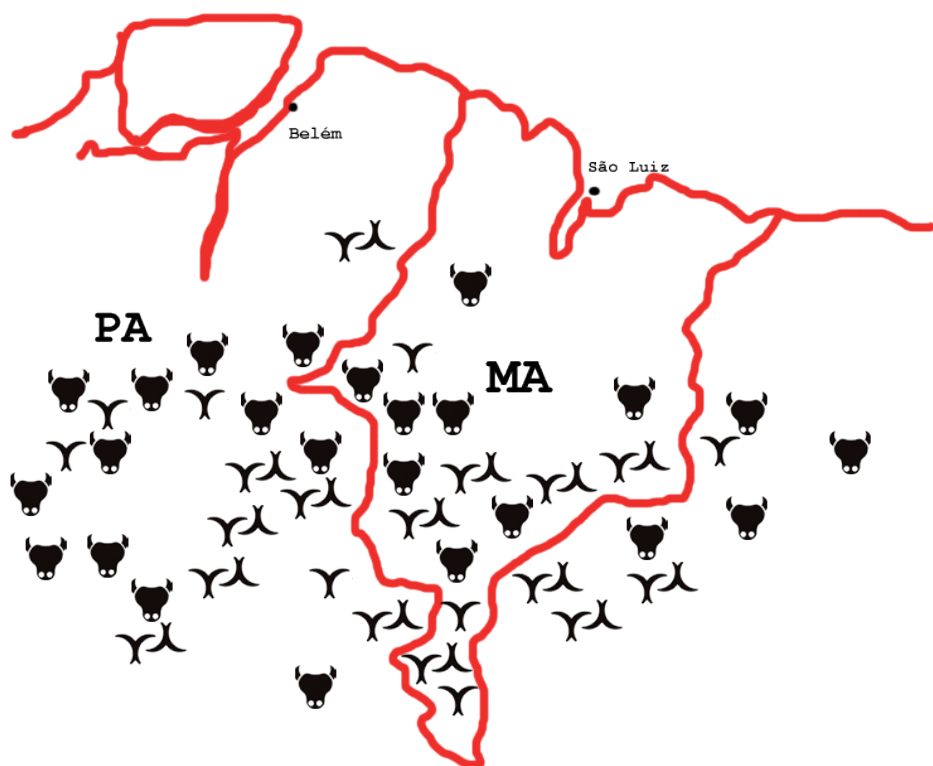
Felipe Maranhão: Além da tua experiência de estar aqui, qual leitura você fez da produção sobre conhecimento da Amazônia, preferencialmente, na Amazônia?

Paulo Tavares: Você pergunta assim, qual livro eu li, qual autor daqui? Uma pessoa que eu acompanho muito em Belém, é um cara chamado Lúcio Flávio Pinto, que é uma referência muito importante pra mim, eu citaria o trabalho dele por exemplo. Ele edita o Jornal Pessoal, e eu acho até que ele poderia ter sido um bom convidado para esse debate. Porque ele é a mídia dele, não é?! Ele é uma pessoa que eu conheço, eu li outras coisas produzidas por aqui também... Eu fui trocar uma ideia com ele, na outra vez que eu vim a aqui para Belém.

Felipe Maranhão: Walter Rodrigues é uma das recomendações de leituras e de textos jornalístico aqui na Amazônia, um jornalista nascido aqui no Pará, em Bragança, que trabalhou com Lúcio Flávio Pinto, na década de 1970, no jornal O Estado de São Paulo, fazendo as melhores matérias que já foram veiculadas nacionalmente sobre a

Amazônia. Realmente denunciaram as oligarquias se apropriando do capital local, derrubando a floresta, já mataram toda a floresta, a Amazônia Nativa na tal da pré- Amazônia lá no Maranhão. O Maranhão já não tem mais floresta, hoje no sul é soja e no resto é desmatamento e boi, muito capim pra boi, o Estado com maior rebanho do Nordeste é o Estado do Maranhão, por causa da oligarquia Sarney. E o próprio Estado de São Paulo, na década de 1990, se apropriou de terras lá pré-Amazônia, inclusive no meu município onde nasci, Turiaçu. Até hoje a família Mesquita se reivindica dona-proprietária de um grande território de terra lá, que dá no litoral, mas isso é apenas um exemplo do quanto estamos desinformados. Não vamos às fontes, não vamos aqueles que realmente se dedicam ao estudo da Amazônia, o Lúcio Flávio Pinto, lê sobre a Amazônia, profundo conhecedor da literatura, do que se foi produzido no Teatro, ele lê tudo, por mais que ele não goste, mas ele não é mesquinho a ponto de dizer que - “não, eu não li Nazareno Tourinho, porque eu penso que Nazareno Tourinho é um ingênuo, um cara não sabe nada de Teatro”, - não! Eu vou lá li e vou criticá-lo, com elegância, respeitando. Eu ainda não vi um texto dele assim, que desclassifique o outro, entende?! o Lúcio Flávio Pinto, portanto, para mim, é uma fonte de conhecimento, e se não é um cara que vai panfletar comigo, não vai para a Marcha da Maconha, por exemplo, o problema é dele, cumpadi! Agora, eu jamais serei um burro de negar a importância daquilo que ele faz aí nesse Jornal Pessoal, por mais anti-democrático que ele seja, R\$ 3,00 entendeu?!, O que impede muita gente de ter acesso mesmo, por mais que sejam cretinas as desculpas, porque a galera tem dinheiro para se chapar, tem dinheiro *pra isso, praquilo*, para futilidade entenderam?! Felicidade para todos.

“O Maranhão já não tem mais floresta, hoje no sul é soja e no resto é desmatamento e boi, muito capim pra boi”



Borracha para a Vitória conta a saga dos soldados da borracha através do retrato de cinco cearenses que saíram de Fortaleza para a Amazônia em 1943, alistados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), instituição criada pelo governo de Getúlio Vargas e financiada pelos Estados Unidos como parte dos acordos com Washington, no momento em que o Brasil decide apoiar o Exército dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

<http://video.google.com/videoplay?docid=-7913031581915758412>



Mapa-relato em 10 pontos

PAULO TAVARES

AGOSTO DE 2011.

1) O GRANDE CARIBE POLÍTICO:

Primeiros decênios do século XIX: corria à boca pequena entre negros e negras, índios e mulatos, escravos e pobres que trabalhavam no porto de Belém, os zumbidos da insurgência, revolta... revolução. Entre panfletos clandestinos, rodas de cachaça e macumba, falava-se menos da tomada da prisão de Bastilha do que dos sangrentos conflitos na colônia francesa de São Domingo, uma pequena ilha do Caribe que por esta época abrigava a plantation de cana de açúcar mais lucrativa do Novo Mundo. O personagem mítico era menos o ilustrado Robespierre do que o escravo Toussaint Louverture, filho de negros capturados no Benin, que se fez liberto, organizou uma guerrilha clandestina, derrotou o exército de Napoleão e, nos primeiros anos do XIX, transformou São Domingo numa república independente, comandada por não-brancos, agora livres das amarras coloniais -- o Haiti.

O poder da Revolução Haitiana estava não apenas em sua força transformadora local, mas em seu universalismo radical. Enquanto os Jacobinos declaravam que a “igualdade” era um direito universal, inalienável à todos os cidadãos, a ideia de cidadania era, em versão revolucionária francesa, algo restrito apenas aos brancos e aos homens. No Haiti a história foi diferente. Pois aqueles negros revolucionários eram, por assim dizer, “mais franceses que os franceses”, e radicalizaram a ideia de igualdade para qualquer e todo ser humano, independente de raça, sexo ou etnia: paradigma histórico do movimento abolicionista, marco inaugural dos modernos direitos humanos.

Na minha imaginação sobre o grande Caribe, pequeno mapa do mundo que estende-se de Nova Orleans até os contornos da Bahia, foram as ondas livres que chegavam do Haiti até o porto de Belém que mobilizaram as paixões dos Cabanos do Grão-Pará, que lá pela terceira década do XIX rebelaram-se contra tudo que era opressor: as reminiscências do poder despótico da colônia portuguesa, a falácia independentista brasileira, os business man de Londres e seus comparsas locais, os terratenientes do delta do Amazonas. E foi esta a memória, uma memória Amazônida-Cabana, que encontrei em

muitos parceiros e parceiras durante nossa imersão em Belém. Não aquela memória que fala de um anti-colonialismo regionalista e doméstico, mais retórica que política, e no fundo, de pouco interesse, mas sim uma subjetividade política local, de-colonial, que fala da liberdade de homens e mulheres, de vários povos, etnias e raças: universalismo de origem Amazônida, Caribenha, Haitiana. Um projeto que foi massacrado pela contrainsurgência de Napoleão e pelas elites do Império de D. Pedro subservientes ao capital Inglês. Mas a memória resiste, como bem testemunhamos, e está no corpo, na comida, na palavra, no espaço e no batuque -- de fato, o toque de três pontos do voodoo Haitiano (que também escuta-se em Nova Orleans) é semelhante ao tambor do Carimbó Paraense. “Chama o mestre Verequete”!

2) O HAITI É AQUI (#1):

Depois do colapso político-ecológico da antiga colônia de São Domingo com o terremoto em 2010, começaram a aparecer cidadãos Haitianos nas fronteiras do Acre, adentrando as bordas da comarca pau-brasil em direção à antiga capital do caucho, metrópole Amazônica – Manaus. O grande Caribe é sobretudo um espaço de fluxos, trocas e tráfico: refugiados políticos do Haiti, mulheres transladas à força para servirem na indústria do sexo, pasta de cocaína, electro-beats provindos de Miami, reggae Jamaicano. Celi Abdoral, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, navegou por estas e outras histórias durante sua apresentação no Parque dos Igarapés – “outro dia me ligaram de madrugada, peguei um avião às pressas até Rio Branco para resolver a situação dos clandestinos Haitianos”. Em conversa de canto, eu e Celi ponderávamos: se as forças militares brasileiras estão presentes no Haiti e, na verdade, são mais parte do problema do que da solução, porque o governo brasileiro recusa-se em dar asilo político aos refugiados quando emigrados ao “Império Brasil”? Lógica perversa que se assemelha ao poder branco ocidental europeu, que, em nome dos direitos humanos, joga bombas sobre a Líbia mas recusa-se em receber os mulçumanos na ilha de Lampedusa.

3) O HAITI É AQUI (#2):

Quando Gilberto Gil canta “O Haiti é aqui” em levada de rap, o beat ressoa muito além da metáfora. O diplomata brasileiro Celso Amorim, hoje ministro das Forças Armadas, em entrevista à rede de televisão Al Jazeera, quando perguntado sobre as recentes ocupações militares dos morros cariocas, deu uma resposta precisa, que se bem me lembro, resumia-se na seguinte afirmação: “Só foi possível fazer a pacificação no Alemão porque temos know-how neste tipo de operação”. A referencia implícita ou explícita no termo “know-how” era, obviamente, a MINUSTAH -- Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti --, que está sob o comando das forças armadas tupiniquins desde 2004. Não há como não desdobrar o paralelo apresentado pelo nosso mais destacado diplomata ao massivo processo de despejo que observamos nas favelas do Rio de Janeiro atualmente (ver apresentação de Tati Wells): continuação do “processo de paz” em prol da nova economia bolha-Brasil dos grandes eventos globais. O irônico é que, como nos contou Celi Abdoral, este know-how já havia sido testado – choque-se! – durante a organização do Fórum Social Mundial em 2009, em pleno delta do Amazonas, quando em preparação para a realização do evento de onde se quer anunciar que “outro mundo é possível”, uma série de detenções arbitrárias – ou o que Celi chamou de “limpeza étnica” – foram realizadas nas periferias da capital do Grão-Pará. As ambições do novo esquema Brasil Império a um acerto no Conselho de Segurança da ONU devem desencadear mais um ciclo de repressão ao movimento Cabano... para inglês ver, of course.

4) BELÉM

(#1 - IMPRESSÕES VAGAS, PRO- VAVELMENTE IMPRECISAS, ENTRE CONVERSAS ESPARSAS)

Arranha-céus pós-modernos esvaziados: muito vidro e ar-conditioning. Lavagem de grana via produção do espaço urbano desprovido de uso social, periferia em expansão, pirataria estrutural e muita pasta-química e violência policial para manter o povo em estado de confinamento. E a elite do Grão-Pará permanece no comando das terras férteis de Marajó.

5) BELÉM (#2):

Nada como chegar ou partir do aeroporto de Belém durante o dia, sobrevoar a cidade, e ver os rios, canais de água e o mato fundo.

6) ECONOMIA-POLÍTICA DO EN- CLAVE (SANTARÉM):

Ao lado de Santarém existe Fordlândia - antiga plantation industrial de borracha, cidade moderna incrustada nas margens do Tapajós, que operava como um enclave extrativista dentro da cadeia global fordista. Hoje “abandonada”, resta-nos a memória, que espelha-se do outro lado do Atlântico, na África, onde o Sr. Firestone fundou Harbel, cidade gêmea de Fordlândia, mas que ao contrário de sua irmã brasileira, vingou gente grande, e até hoje perpetua o esquema neo-colonial plantation na Libéria (não vou nem enumerar a série de violações de direitos humanos registrados por aí...). O Haiti é aqui porque antes de ser Haiti, como nossa comarca, era África, e todos nós fomos colocados numa posição subalterna dentro da divisão territorial do trabalho: produzir commodities, eternas fontes de acumulação primitiva no esquema mercado-mundo, destinados a se perpetuar como exportadores de matéria prima e consumidores de tecnologia. Outrora exportávamos o caucho para produzir os pneus Firestones que equipavam os carros da Ford Motors que, depois, importávamos. Hoje minérios, seja das minas do complexo Trombetas ou Carajás, que equipam os tablets, lap-tops e smartphones que retornam via nossos im-ports, ou os one-lap-top-per-child doados pelas grandes potências ou magnatas filantrópicos e respectivos programas de inclusão digital.

(questão: como pensar inclusão digital dentro de um esquema que considere a divisão global da produção de tecnologia?)

(questão: pensando com Felipe Fonseca: por uma cartografia materialista das digito-técnicas, mapeando todos os materiais que compõe os circuitos eletrônicos, placas e memory-cards de nossos computadores e seus respectivos – e prováveis – lugares de produção: ouro, por exemplo, vem da Amazônia Peruana ou das minas do Congo? Lítio e as novas minas da Bolívia? Terras-raras e trabalho forçado na China ou as novas fronteiras minerais no Afeganistão? O que tal mapa nos contaria sobre nossos gadgets eletrônicos e a ruptura da divisão digital global?)

E claro, soja, exportamos muita soja para criar as divisas de nosso projeto bolha-Brasil. Ao lado de Fordlândia, está Belterra, cidade similar que Henry Ford mandou construir alguns km's ao norte, quando percebeu que as coisas iam dar com os burros n'água em sua primeira utopia industrial-disciplinar no coração da Amazônia. Getúlio Vargas visitou a cidade e ali encontrou um esquema econômico-espacial adequado ao seu projeto nacional-desenvolvimentista que, posteriormente, e guardadas devidas ressalvas,





Protestos em Fordlândia, circa 1930: um carro Ford jogado às margens do Tapajós.

foi adotado inúmeras vezes no território Amazônico, ao ponto de, não acredito ser exagero afirmar, este esquema “enclave”, já presente em Fordlandia, ter constituído um esboço de projeto (econômico, territorial e, no limite, ideológico) no qual está fundamentado uma série de programas subsequentes que foram implementados na região. Que nos diga Lúcio Flávio Pinto, ou então, veja-se: Vila Serra do Navio (manganês), Jarí (celulose), Carajás (minério), e por aí vai...

Hoje, Belterra, na sua paisagem sonolenta à americana, em seu bucolismo rural, oculta a reificação desta vocação histórica que foi (forçosamente) destinada à Amazônia: já não mais cercada por plantations de haveas brasiliense, mas por monocultivos de soja. Santarém é o nó terminal deste sistema produtivo de biomassa, verdadeiro enclave global de uma cadeia produtiva em escala mundo, cujo registro na paisagem são os terminais da transnacional Cargill junto ao velho e elegante porto, no final da BR-163. Não se trata de mera coincidência o fato desta pequena cidade Amazônica ser um local dotado de infraestruturas de comunicação avançadas, regadas à fibra ótica e sistemas logísticos que devem operar em ritmo global – enclave territorial e digital.

Mas se Fordlândia foi um esboço-modelo, há que se relembrar sua história de maneira integral, e daí tirar alguma lição: em 1930, trabalhadores rebelaram-se contra a dura disciplina imposta pelos técnicos da indústria, tocaram fogo nos galpões e destruíram o relógio que marcava o ritmo da fábrica. E jogaram um carro para afundar no Tapajós.

7) URBANIZAÇÃO À BRASILEIRA

A história de Fordlândia nos conta que, ao lado da cidade projetada, armou-se uma favela, na outra margem do Tapajós. Ali ficavam os bares, os bordéis, terreiros, as casas de jogos e de outros pecados, e toda a sorte de atividades que fazem parte da vida de qualquer cidade digna de ter o nome de cidade, mas que não cabiam no enclave-disciplinar imposto pelo esquema capitalista-puritano Fordista. E a história se repete: em Santarém, quando nos debruçamos sobre a cartografia da cidade com o pessoal do coletivo Puraquê, aprendemos que a grande periferia desta cidade cresceu durante a mesma época em que a Cargill e a economia da soja fortificava-se na região. História que nos é conhecida e que se repete em cada canto de nossa comarca pau-brasil, para não dizer em cada canto de nossa sub-América: o grande capital compra os pequenos sítios dos camponeses a preço de banana, formando novas plantations em grandes latifúndios. Elimina-se a produção de alimentos locais, e os camponeses e colonos, aqui também os índios, antes ricos, agora pobres, tornados sem terra, migram para a periferia das cidades, amontoando-se em bairros marginais desprovidos de água, energia elétrica e de tudo aquilo que o urbano deve oferecer. No mesmo dia em que chegamos à Santarém, um punhado de gente ocupava uma área ao longo da Avenida Fernando Guilhon. Aprendemos que, em troca de votos, políticos locais aceitam e legitimam ocupações semelhantes, e, ao mesmo tempo, liberam as áreas nobres à beira das praias para que os executivos das transnacionais que operam na região construam suas mansões no Caribe Amazônia.

Ciclo perverso e recorrente que virou praticamente um padrão de cidade: urbanização à brasileira

7) VIVO

Uma das coisas que mais impressiona na área de Santarém é a capacidade conectivo-digital implementada na cidade. Duas camadas parecem estar em operação: 1) dado a vocação de terminal global do circuito soja, parece lógico que o enclave-Santarém necessite de estrutura de comunicação e logística adequado ao tempo mundo ao qual está submetido (ver Milton Santos); 2) uma série de empreitadas voltadas à projetos de inclusão digital e práticas com novas mídias pipocam aqui e acolá.

Grande parte deste investimento é capitaneado pela Vivo, conglomerado trans-nacional que desde 2010 é operado majoritariamente pela espanhola Telefônica. Aprendemos sobre um projeto que a companhia financia nas comunidades ribeirinhas do Tapajós: desenhou uma rede 3G na área e, para cada comunidade, oferece um smart-phone com 150 contos de crédito ao mês. Também aprendemos sobre 500 computadores que foram doados para uma área da cidade que mal conta com energia elétrica. E claro, aprendemos sobre nosso próprio papel dentro deste esquema, dado que nosso encontro é parte do que parece ser um programa de investimento gigante – tanto “pedagógico”, quanto infraestrutural, quanto de kapital – que a Vivo está implementando na região norte do Brasil.

O que se anuncia, dado tal panorama, no meu entender é o seguinte: incluir digitalmente é preparar novos mercados de consumo ou subverter a própria lógica consumista no sistema new-media? Fio da navalha. Pode a ética hacker hackear o grande mecanismo corporativo-estatal e manter certa autonomia política, apontando para novos futuros?

... o Puraquê nos diz que sim.

(é preciso sempre pensar o pensamento e repensar a prática a cada rotação do planeta, à la chefe Mao).

8) 1989

“Quando o homem branco aqui chegou
Trazendo a cruel destruição
A felicidade sucumbiu
Em nome da civilização
Mas mãe natureza
Revoltada com a invasão
Os seus camaleões guerreiros
Com seus raios justiceiros
Os caraíbas expulsarão”

1983 - Como Era Verde o Meu Xingu

“Mamãe eu quero Manaus

Muamba, Zona Franca e Carnaval”

1984 - Mamãe eu quero Manaus

“E a oca virou taba

A taba virou metrópole

Eis aqui e grande Tupinícópolis”

1987 - Tupinícópolis

Verdadeiro patrimônio imaterial da memória Cabana é o hardware de Arthur Leandro, que entoava a trilogia Amazônica da Mocidade Independente de Padre Miguel dos anos 80 enquanto conversávamos na orla de Santarém. Ao que Gisele Vasconcelos emendava -- “o pós-tropicalismo é samba enredo” -- e isso não sai da minha cabeça. Porque para quem é filho da década de 80 -- ou da “década perdida” -- como eu e tantos amigos, a memória dos anos 80 é algo a se refazer. Em 1989 a Rede Globo mostrava a novela “Vale Tudo”, anunciada por gritos estridentes da Gal Costa cantando Cazuza -- “meu cartão de crédito é uma navalha”. A Inflação era rampante. Em 1989 Joãozinho Trinta entrou na Sapucaí com um Cristo Redentor coberto com uma manta negra -- porque a imagem de Cristo havia sido censurada pela justiça -- rodeado de mendigos, que carregavam todo o lixo -- urubus e ratos -- para fazer deles luxo, e a faixa sobre o peito de Jesus dizia: “mesmo censurado, orai por nós”. Os anos 80 foram um momento de abertura (lembrar Glauber Rocha) política e subjetiva, e a censura à Joãozinho era uma espécie de vestígio funesto do esquema militar-ditadura que, oxalá, iria sucumbir. Não foi o caso. Depois veio o esquema “combate aos marajás” e muita lambada tipo exportação, e o samba-enredo acabou que, em muitos lados, virou um negócio meio marketing. Só agora, após a ressaca neoliberal e certa inversão das regras (em escala Latino Americana) é que parece ser possível repensar a abertura político-subjetiva que ali se anunciava, e talvez re-considerar seu legado histórico. E portanto retomar Glauber, Joãozinho e a trilogia entoada por Arthur, que ao mesmo tempo que cantava a destruição da Amazônia, anunciava a revolta da “mãe natureza” -- Pachamama -- e a expulsão dos invasores. Isto é, cantava o colapso do esquema militar-desenvolvimentista no qual foi baseado a ocupação da Amazônia durante o regime militar até a “Nova República” e que, infelizmente, apesar do potencial, deu no que deu: continuidade-transitória para a era Collor, como outrora fora com a nossa independência feita pelo filho do Rei.

Os anos 80 foram paradigmáticos não apenas porque testemunhamos a ordem bipolar da Guerra Fria desabar, mas porque novos atores apareceram em cena. Entre eles, e com toda a força como canta o samba, a Amazônia. Chico Mendes morreu assassinado em 1988, e em 1989 os índios Kayapó convocaram os engenheiros da Eletronorte e os representantes do governo Brasileiro para o Encontro de Altamira, e nesta ocasião, conseguiram suspender um empréstimo do FMI e bloquear o projeto da hidrelétrica Kararaô na Curva Grande do Xingu, projeto este que hoje o governo Lula-Dilma tenta retomar, agora com outro nome, Belo Monte. E o paradoxo se recoloca na encruzilhada Amazônia-Brasil. Mas os tempos não são mais os mesmos, pois memória que toca em samba é memória viva, e eis que a grande Tupinícópolis, nascida por volta desta mesma data, já não se curva mais tão facilmente. Chama Verequete.



9) HACKERS E PEIXES ELÉTRICOS: PURAQUÉ

Santarém é a Tupinicópolis.

Logo na chegada, enquanto a rádio Muiraquitã estava sendo armada, Marcelo do Puraqué contava-nos: “montamos o transmissor em Itaituba, aí colaram os federais para sondar o que estava acontecendo. Nós falamos que aquilo ali era um experimento, que estávamos estudando tecnologia”, algo assim, se bem me lembro. De fato, o que se aprende por ali no Puraqué -- o que eu aprendi -- e o que se produz ali, é tecnologia e conhecimento. Durante muito tempo a ideia hegemônica sobre a Amazônia era de que a floresta constituía um espaço “primitivo”, tecnologicamente atrasado, e que, portanto, era preciso levar o desenvolvimento até lá, penetrar seus rios e igarapés com novas tecnologias via nossos im-ports.

Uma imagem, por exemplo, circulada na Revista Manchete de 1972, auge do regime militar e de seu projeto tecno-destrutivo para a floresta: um caminhão da IBM cruzando a Transamazônica anuncia uma mensagem clara: estamos penetrando os confins da floresta com as mais novas e desenvolvidas tecnologias. Hoje esse papo para boi dormir já não cola mais. Não cola porque, aprendemos que é da Amazônia que se origina um tipo de tecnologia não-branca que, mais do que nossos formidáveis computadores, tornou-se essencial para nosso futuro -- tecnologia arraigada em saberes ancestrais, memória coletiva que sustenta uma espécie de “política do comum” -- ou, política do commons, como queiram. Tal política para qual o termo sustentabilidade é um referencial muito raso, fundamenta-se na estratégia de desejar apenas o que é suficiente -- e não a abundância insaciável do fetiche-mercadoria --, na construção cotidiana do que é coletivo -- e não da propriedade privada e do indivíduo -- no sumak kawsay, estética-política do bem viver.

O potencial, a meu ver -- a lição que carrego desta imersão -- é que o coletivo Puraqué desdobra o que é conhecimento via modo de vida e saber tradicional com uma pegada rigorosa para as novas tecnologias. Verdadeira ecologia do futuro que mistura o digital e a terra, o saber primeiro e o os mais luminosos equipamentos da microeletrônica, o virtual e o material, como elementos contemporâneos e em simbiose. Ecologia semiótica, midiática, social e ambiental. Política é prática.

10) PEDAGOGIA CRÍTICA / CARTOGRAFIA POLÍTICA:

Gisele Vasconcelos me contava o porquê tinha voltado para Boal, ao Teatro do Oprimido, como ponto de referência para que pudesse pensar novas articulações entre grupos, coletivos e pessoas no sistema arte-mídia-tecnologia. Dois pontos: a ideia de democratização, via coletivização da performance; a ideia de transformação, via tomada de consciência através da performance coletiva. (e Boal articula, lembre-se, no contracorrente da ditadura, e, em certo sentido, como resultado dela, tal como emerge o sentido Amazônico no encontro de Altamira em 1989 ou com Chico Mendes no Acre).

Me parece então que, pensando em mapas, a questão que nos cabe é: como trabalhar a ponte entre Paulo Freire, Augusto Boal e uma emergente cartografia política? Uma cartografia que incluía, necessariamente, uma dimensão pedagógica, pois só se conhece o território cartografando-o. E logo, a cartografia deve ser, por definição, uma prática:

1) a ser democratizada (conversa com Pablo de Soto);

2) a tornar-se comum, permitindo uma espécie de tomada de consciência coletiva sobre o território, e portanto, transformadora.

Pois mapas não são representações imagéticas de um território real, mas instrumentos de criação de territórios que trazem consigo projeções de espaços futuros e abrem caminho para intervenções no presente. Durante os anos 90 e lá vai cacetada, a ideologia liberal do livre fluxo de informações, sustentada pela NASDAQ, ficava nos dizendo que internet era coisa de “não-lugar”, presença virtual, todos em tudo quanto é canto e ao mesmo tempo em canto nenhum, desterritorialização e o escambau. Me parece que a questão política mais urgente, em se tratando de cartografia, seja reverter este discurso e fazer o mapa do acesso em dupla camada: acesso ao mundo das redes virtuais e do compartilhamento, e, do outro lado, acesso à cidade, direito ao ambiente e ao urbano - cidade como mídia - espaço comum.

PS: Em minhas incursões pela Amazônia sempre encontro alguma mulher cuja força me impressiona e inspira. Dois anos atrás foi Antônia Melo, liderança do movimento de defesa do Xingu, em Altamira. Este ano Dona Graça Gama, memória política Amazônica, em Santarém, a quem deixo um agradecimento pelo papo e dedico estas linhas tortas. Longas conversas, muito aprendizado, para sempre lembrar que a natureza-Amazônia é Pachamama-mulher: contra a falocracia do desenvolvimento macho-branco.

